



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Mariana Silva Abreu

**Mídia Legislativa e Representação de Gênero na Câmara dos Deputados:
Uma análise das notícias da Agência Câmara**

**Brasília
2017**

Mariana Silva Abreu

Mídia Legislativa e Representação de Gênero na Câmara dos Deputados: Uma análise das notícias da Agência Câmara

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientadora: Malena Rehbein Rodrigues Sathler

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília

2017

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Abreu, Mariana Silva.

Mídia legislativa e representação de gênero na Câmara dos Deputados
[manuscrito] : uma análise das notícias da Agência Câmara / Mariana Silva
Abreu. -- 2017.

85 f.

Orientadora: Malena Rehbein Rodrigues Sathler.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação,
Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2017.

1. Agência Câmara de Notícias (Brasil). 2. Mulher na política, Brasil. 3.
Mídia, Brasil. 3. Atuação parlamentar, Brasil. I. Título.

Nesta folha deve ser inserida a **Folha de Aprovação**.

- Documento **original** recebido na sessão de defesa;
- com a assinatura de todos os membros da banca.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, base da minha educação e apoio essencial na minha vida. Aos meus pais, não só pela confiança depositada em mim, mas também pelo suporte à concretização dos meus objetivos tão longe de casa. À minha irmã, Pollyanna, pelo incentivo e por sempre acreditar na minha capacidade.

Às inseparáveis amigas de Lavras, que apesar da distância estão sempre presentes nos momentos mais importantes. Agradeço, especialmente, à Fernanda, Janaína, Lisiany, Lívia e Larissa.

Agradeço à Patrícia pelo companheirismo do dia a dia e por ajudar a tornar essa caminhada muito mais leve e divertida. À Marcela, Érica, Beatriz e Camila pela amizade e apoio. Ao Renato, Marcos e Gabriel pelas risadas e o companheirismo. Ao Rogério pelo amor e carinho.

Agradeço ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados pela oportunidade de capacitação e aprofundamento nos estudos, além dos amigos que tive a oportunidade de fazer ao longo do mestrado.

Às colegas do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gênero, Ana, Bete e Nat, pelas ótimas experiências acadêmicas que tivemos este ano. Ao Gustavo, pela importante ajuda para obtenção dos dados, à Carol pelas trocas de livros, de ideias e pelas revisões. À grande amiga Fabíola pela colaboração e por sempre me estimular nos meus objetivos.

Aos colegas de gabinete, Samir, Ana Paula e Camilo pelo companheirismo e compreensão diária. Ao mandato da Deputada Luiza Erundina, sem o qual esse mestrado não seria possível, em especial ao Marcos por propiciar as condições para essa concretização. À Luiza Erundina, por ser minha maior referência política na luta feminista e pela mulher inspiradora que é.

Agradeço às professoras Giovana Perlin e Cristiane Brum pelos ensinamentos ao longo do curso e pelas colaborações essenciais na qualificação.

Finalmente, agradeço à minha orientadora, Malena, pelas oportunidades, pelos ensinamentos acadêmicos, pelas dicas pessoais, profissionais e, principalmente, pela paciência e carinho.

Resumo

Esta pesquisa exploratório-descritiva tem como foco o estudo sobre mídia, política e gênero, e objetiva analisar como a representação de gênero acontece na mídia legislativa, mais especificamente na Agência Câmara de Notícias. Os dados foram levantados por meio de fichamentos das matérias e personagens presentes nas notícias consolidadas da Agência, em períodos que abarcam os governos FHC, Lula e Dilma, em que foi possível analisar a proporção de divulgação da atuação das deputadas Federais, quais os temas mais abordados e qual o espaço dado a elas. Os resultados nos levaram a concluir que, apesar de a divulgação das deputadas ser proporcional à sua presença na Casa, elas se ocupam mais de temas de *Soft Politics*, aqueles com menos visibilidade na mídia, de menos prestígio no campo político; portanto, elas têm mais dificuldades de acesso às posições centrais do campo político. Observou-se também que há uma leve desvantagem na quantidade de espaço dada para as vozes femininas nas notícias da Agência Câmara e, novamente, as deputadas concentraram suas falas nos temas considerados *Soft Politics*. Concluímos, finalmente, que as estruturas sociais historicamente permeadas pela dominação masculina limitam a atuação parlamentar das mulheres como deputadas federais, mas também são reforçadas pelos meios de comunicação que tratam as desigualdades de gênero como uma realidade dada, auxiliando na manutenção do *status quo*.

Palavras-Chave: Representação. Gênero. Mídia Legislativa. Política e Mídia.

Abstract

This exploratory-descriptive research is focused on the study of media, politics and gender. Its objective is to analyse how genders are represented in the legislative media, specifically in the “Agência Câmara de Notícias”. Data were collected from summaries of news and their main characters during FHC, Lula and Dilma’s legislature. These data made possible to analyse how much the female federal deputies’ actions appears on the media, which themes were approached by them and how much available space they had on the media as well. The conclusions were that the media available space was proportional with their representability in congress, but the themes were in their majority related to “Soft Politics”. These themes are usually less visible, and also, less prestigious. Therefore, these women had more difficulties to access more central positions in the political field. Also, there was a slightly disadvantage regarding the available space these women would have on the legislative news and once again, that the female deputies focused their talk on the “Soft Politics” topics. Consequently, we noticed that the historically masculine social structures limited the action of these congresswomen, and that these structures are reinforced by the Media as a social contract, assuming that gender’s inequality is a fact, giving support to the *status quo*.

Keywords : Representation. Gender. Legislative Media. Politics and Media.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Temas políticos separados por Categorias.....	54
Gráfico 1 – Distribuição das notícias nos Temas Políticos	57
Gráfico 2 – Distribuição das notícias nas Categorias Temáticas.....	58
Gráfico 3 – Distribuição das notícias nos âmbitos da Câmara.....	59
Gráfico 4 – Presença das deputadas federais nas notícias.....	61
Gráfico 5 – Frequência dos cargos nas notícias.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das notícias por ano	56
Tabela 2 – Distribuição das Categorias Temáticas por ano.....	58
Tabela 3 – Notícias com questões de gênero.....	59
Tabela 4 – Distribuição de deputados(as) federais por ano.....	61
Tabela 5 – Distribuição de homens e mulheres nas Categorias Temáticas.....	62
Tabela 6 – Distribuição dos(as) deputados(as) nas Categorias Temáticas.....	63
Tabela 7 – Distribuição de deputados(as) nos âmbitos da Casa.....	63
Tabela 8 – Distribuição dos deputados(as) pela quantidade de citações.....	65
Tabela 9 – Distribuição de deputadas pela quantidade de citações.....	66
Tabela 10 – Distribuição de cargos de acordo com o sexo.....	67
Tabela 11 – Distribuição das personagens por sexo e tipo de citação.....	69
Tabela 12 – Distribuição dos(as) deputados(as) por sexo e tipo de citação.....	69
Tabela 13 – Distribuição das personagens por sexo e quantidade de caracteres.....	70
Tabela 14 – Distribuição dos(as) deputados(as) por sexo e quantidade de caracteres.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO	20
1.1 Representação e Inclusão de minorias	20
1.2 Representação Feminina	23
1.2.1 Gênero e Feminismo	23
1.2.2 Espaços Públicos e Privados	26
1.2.3 Inclusão das mulheres na política.....	28
1.2.4 Desafios para a Representação Feminina.....	31
2 COMUNICAÇÃO E PARLAMENTO.....	35
2.1 Mídia e Mediação Política	35
2.1.1 Mídia como Instituição Política e Campo Social	36
2.1.2 Newsmaking e Jornalismo Político	38
2.1.3 Construção da Realidade Social e Confiança.....	41
2.2 Mídia Legislativa e Cidadania	44
2.3 Mídia e Gênero	49
3 AS MULHERES NA MÍDIA LEGISLATIVA	51
3.1 Agência Câmara de Notícias.....	51
3.2 Metodologia de Pesquisa	53
3.2.1 Categorias Temáticas	53
3.3 Análise dos Dados	55
3.3.1 Notícias	55
3.3.2 Personagens.....	61
3.3.3 Cargos e Vozes.....	65
3.4 Conclusões.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73

REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	83

INTRODUÇÃO

O bom funcionamento do Poder Legislativo, juntamente com o de outras instituições políticas formais, é imprescindível para a consolidação da democracia. Não só a função legiferante e fiscalizadora inspiram discussões sobre o tema, como também o papel representativo em si é de extrema importância nos estudos sobre o Parlamento. Vários são os elementos analisados nos estudos sobre Representação Política, e este trabalho envolve três temas de grande relevância: a questão da representação de gênero, as relações dos meios de comunicação com o parlamento e a mídia legislativa.

Apesar de constituírem aproximadamente metade da população mundial, as mulheres ocupam muito menos da metade das cadeiras nos parlamentos das democracias: em apenas 25% dos parlamentos elas representam mais de 30% dos membros. Em 2015 o aumento do número de mulheres em cadeiras dos parlamentos foi de 0,5 ponto percentual em relação ao ano de 2014 (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2016), o que mostra uma preocupante estabilização dessa participação.

A Inter-Parliamentary Union mostra que, em 2015, o Brasil ocupava, num total de 189 países, o 115º lugar em presença de mulheres no Poder Legislativo, com menos de 10% de mulheres na Câmara dos Deputados. Na América Latina, fica à frente apenas do Haiti (4,2%). Está distante de Cuba (48,9%), Argentina (36,6%), Costa Rica (33,3%) e Peru (22,3%). Fica atrás de países como Afeganistão (27,7%), Iraque (25,3%), Paquistão (20,7%), Marrocos (17%), Azerbaijão (15,6%), Síria (12%), Libéria (11%), Cazaquistão (15,9%) e Emirados Árabes (17,5%), países de maioria muçulmana onde, geralmente, as mulheres estão submetidas a restrições sociais, econômicas, culturais e religiosas.

Seguindo a tendência de políticas afirmativas, as cotas femininas foram introduzidas no Brasil pela Lei nº 9.100 de 1995, que reservava 20% das vagas de cada partido ou coligação para candidaturas de mulheres às eleições municipais de 1996. Posteriormente, a Lei 9.504 de 1997, aplicada a todos os cargos do sistema proporcional, passou a reservar no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas de candidaturas para cada sexo. Com esse dispositivo, buscava-se ampliar não só a candidatura, mas a eleição de mulheres nos Legislativos.

Esse objetivo não encontrou êxito. Nas primeiras eleições para a Câmara dos Deputados após a adoção das cotas, em 1998, as mulheres tiveram uma redução de 6,2% para 5,7%. Nas

últimas eleições proporcionais, em 2014, as deputadas estaduais alcançaram 11% dos eleitos e as distritais 21%. Já na Câmara dos Deputados, as mulheres não alcançaram 10% das vagas, proporções muito distantes dos 30% almejados.

Diversos argumentos procuram explicar o não sucesso das cotas para as candidaturas femininas. Um deles, percebido especialmente nos discursos dentro da arena política, é o de que a maior parte dos partidos políticos e coligações acaba colocando mulheres candidatas apenas para o preenchimento das vagas, as chamadas “laranjas”, que não têm pretensão de se eleger e, menos ainda, de encarar uma campanha. Outro argumento, e motivo de articulação da bancada feminina junto ao TSE, reclama que não há sanções mais gravosas ao descumprimento da lei.

No entanto, não há como comprovar se esses são os principais obstáculos, ou mesmo se, solucionados, haveria reais oportunidades para aumentar a participação das mulheres no pleito eleitoral. Na ciência política, tem sido discutida uma argumentação que vai além dessas questões, no sentido de que as ações afirmativas apenas trariam impacto se fossem acompanhadas por mudanças estruturais, como veremos no Capítulo 1 (MIGUEL; BIROLI, 2011, 2014; RANGEL, 2009; FEITOSA, 2007; SACCHET; SPECK, 2016).

A cota abarca apenas os candidatos e não as cadeiras no parlamento, fazendo seguir a luta dos movimentos sociais pela ampliação da participação das mulheres na política, cobrando os representantes a cada tentativa de reforma política. Verifica-se uma demanda real por cotas para mulheres quando observados os debates nas diversas Comissões e Grupos de Trabalhos¹ criados na Câmara dos Deputados para a reforma do sistema político. A articulação das parlamentares, seja por meio da bancada feminina ou individualmente, sempre pleiteia medidas que garantam cadeiras para a representação de mulheres, frequentemente apoiadas pelos movimentos sociais.

Por outro lado, a não incorporação dessas demandas nos relatórios finais, ou mesmo a rejeição de emendas e destaques com conteúdo de cotas para mulheres, demonstra a dominação masculina nesses espaços, revelando que os homens não estão dispostos a dividir ou ceder seus espaços nos locais de tomada de decisão:

a ausência de mulheres no campo político é um fator na reprodução das estruturas sociais que excluem as mulheres. Pode-se afirmar que a ausência de mulheres reforça o caráter

¹ Comissão Especial da Reforma Política de 2007, cujo relator foi o Dep. Ronaldo Caiado. Comissão Especial de 2011, cujo relator foi o Dep. Henrique Fontana. Grupo de Trabalho de Reforma Política de 2013, cujo presidente foi o Dep. Cândido Vaccarezza. Comissão Especial de 2015, cujo relator foi o Dep. Marcelo Castro. Atualmente, funciona a Comissão Especial de Reforma Política criada em 2016, cujo relator é o Dep. Vicente Cândido.

“masculino” da política, permitindo a reprodução de estruturas que atuam na manutenção de sua exclusão — dentro e fora dos limites da política institucional. (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 102).

A demanda por maior representação não é apenas uma demanda do movimento feminista militante e das representantes, mas também da academia em diversas teorias políticas de representação (PITKIN, 2006; PHILIPS, 2001; YOUNG, 1990, 2001), que intentam reforçar a importância da taxa de participação feminina nos parlamentos como um indicador relevante da qualidade das democracias contemporâneas (LIJPHART, 2003).

A entrada tardia das mulheres na política justifica apenas em parte essa diferença nos espaços de poder. As estruturas sociais construídas e fundadas em um pensamento patriarcal e a divisão das chamadas esferas privadas e públicas acabaram por determinar os espaços de atuação das mulheres e limitar suas atividades às tarefas domésticas e de cuidado com as crianças e os mais vulneráveis. Enquanto isso, os homens estavam livres para transitar entre a esfera pública — do trabalho e da política — e a esfera privada, mas sem tantas obrigações e responsabilidades para com esta última (PATEMAN, 1989, 1993; OKIN, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2011, 2014).

Além disso, a socialização diferenciada contribui para que as mulheres tenham limitações de acesso aos recursos necessários para a inclusão na esfera política: tempo livre, dinheiro e redes de contatos (MIGUEL; BIROLI, 2011). Mas também influencia a organização interna do campo político, com limites à atuação das parlamentares, dificultando sua manutenção nas esferas representativas, bem como o acesso delas aos cargos de mais influência e poder de decisão (BOURDIEU, 2003; MIGUEL; BIROLI, 2011), como veremos neste trabalho.

A mídia, como mediadora do parlamento com a sociedade, participa dessa estrutura social de dominação masculina. “A teoria democrática aponta claramente para os meios de comunicação o papel de ‘mercado de ideias’ numa democracia, em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas” (TRAQUINA, 2005a, p. 128). Ou seja, os meios de comunicação possuem um papel fundamental no acesso do público às informações sobre o mundo social, sendo considerados principais fontes para quase todo tipo de assunto, inclusive os políticos (MIGUEL, 2008, 2014; FERES, 2014).

Veremos que a relação da mídia com a política não é unilateral, e sim interativa, funcionando como os campos sociais teorizados por Bourdieu (2011). O campo midiático e o campo político se inter-relacionam e se transformam mutuamente, por esse motivo a mídia tende a

participar na reprodução dos estereótipos de gênero presentes tanto na sociedade quanto na esfera política.

Neste trabalho, analisaremos o caso particular da mídia legislativa. Ela se insere no conjunto de mídias designadas por Sant’anna (2005) como “mídias das fontes”. Conforme o autor, o surgimento desse tipo de mídia gerou mudança no espaço midiático nacional, ampliando a quantidade de emissoras e a pluralidade temática, contribuindo, portanto, para uma melhora na democratização da informação.

A mídia legislativa da Câmara busca influenciar a esfera pública num processo de transmissão de informações “ágil, diversificada e com formatos diversos, para permitir à audiência conhecer também os processos legislativos e a prestação de contas dos parlamentares (aos seus eleitores e aos demais cidadãos brasileiros)” (MATOS, 2015, p. 25). Aumentando a qualidade da informação legislativa e o engajamento dos cidadãos na participação política.

Assim, a mídia legislativa da Câmara dos Deputados foi escolhida por motivos diversos, alguns já pontuados por Bernardes (2010):

constituem um espaço privilegiado de análise das relações entre mídia e política; representam uma complexa estrutura técnico-burocrática federal que muitos legislativos menores — especialmente dos estados e municípios — utilizam como modelo; estão entre os primeiros veículos legislativos criados no Brasil, juntamente com as mídias do Senado. (BERNARDES, 2010, p. 9).

Além destes, acrescentamos o fato de que as notícias da Agência Câmara são reproduzidas por diversas mídias privadas e que, até então, não houve estudos analisando a mídia legislativa sob a perspectiva de gênero.

Boa parte dos fundamentos metodológicos aplicados neste trabalho é derivada da experiência adquirida durante a graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília (2005-2009), principalmente relativa à participação como bolsista de iniciação científica na pesquisa “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil”, coordenada pelos professores Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli. A pesquisa, que introduziu a questão de gênero na tradicional dupla “Mídia e Política”, teve como objetivo entender de que forma a sobrevivência de estereótipos de gênero constrange a ação política das mulheres e a visibilidade dessa ação no noticiário jornalístico, num processo que se realimenta.

Focando na mídia legislativa, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a representação de gênero acontece na Agência Câmara. Por meio de fichamento das notícias, verifica-se como se dá a presença e o espaço de divulgação da atuação das deputadas federais na Agência Câmara. Desdobrando o objetivo geral em questões mais específicas, espera-se:

I – Identificar a diferença na quantidade de matérias relacionadas à atuação de deputados e deputadas e os espaços dados a esses atores na cobertura jornalística.

II – Identificar o conteúdo das matérias em relação aos temas, observando quais são os temas que mais aparecem quando divulgada a atuação parlamentar feminina.

III – Identificar os cargos e as vozes dadas aos parlamentares, comparando os dados relativos aos homens e às mulheres nas notícias.

Para atingir o objetivo proposto, dividiu-se este trabalho em três partes. O primeiro capítulo promove uma breve discussão sobre a representação política e as teorias da Ciência Política relevantes para este estudo. Destaca-se a questão da representação de grupos minoritários e a importância de sua inclusão nas esferas de tomada de decisão. Delimita-se o conceito de gênero e a importância dessa categoria de análise para os estudos sobre desigualdade entre homens e mulheres. Apresenta-se o debate feminista sobre os espaços públicos e privados e como eles interferem na participação das mulheres na política e, finalmente, expõem-se os argumentos favoráveis à ampliação da representação feminina e as barreiras e dificuldades que as mulheres possuem para efetivar essa representação.

O segundo capítulo apresenta os diversos aspectos da relação entre Comunicação e Parlamento. Utilizando o conceito de “campo” de Bourdieu (2011) e considerando a mídia como Instituição, conforme Cook (2011), pretende-se compreender as influências mútuas do campo midiático e do campo político, como a mídia dá visibilidade aos atores políticos e como estes utilizam a mídia a seu favor. Além disso, busca compreender como a mídia interfere na legitimidade das ações do Legislativo e na confiança atribuída a esse poder pelos cidadãos. Por fim, discute de que forma a mídia legislativa se insere nesse contexto e quais são suas especificidades.

O terceiro capítulo dedica-se à metodologia de pesquisa utilizada para a coleta dos dados, bem como à análise dos resultados obtidos, confrontando-os com o que foi apresentado nos referenciais teóricos dos capítulos anteriores. Na primeira parte foi realizada uma análise geral sobre as notícias, mostrando a distribuição delas em categorias temáticas preestabelecidas. A

segunda parte apresenta a comparação das matérias relacionadas à atuação de deputados e deputadas, ao todo e também por categorias temáticas. E, por fim, é feita a comparação dos espaços dados às personagens de acordo com os cargos que ocupam dentro das estruturas da Câmara dos Deputados, a quantidade e qualidade das suas citações e também a quantidade de caracteres destinados às suas falas, ressaltando sempre as diferenças entre homens e mulheres nessas variáveis.

1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO

1.1 Representação e Inclusão de minorias

Considerando que, atualmente, todas as democracias ocidentais são representativas e não diretas, estudar o Poder Legislativo, principal instituição política de representação, é de extrema relevância. Portanto, para uma melhor concepção da importância da presença das mulheres nesse espaço, faz-se necessário compreender alguns aspectos das teorias políticas de representação.

Para debater a representação, boa parte da literatura contemporânea parte do conceito apresentado por Hanna Pitkin, na sua importante obra *The Concept of Representation*. O conceito teórico de representação de Pitkin resgata aspectos linguísticos e históricos do termo e discute o significado complexo e abstrato que possui a palavra ‘representação’. Entre os múltiplos paradoxos e problematizações que o termo é capaz de levantar, para a autora, representar significa “tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente” (PITKIN, 2006, p. 30). O representante, portanto, precisa trazer de algum modo a presença daquele que está ausente, o representado. Pode-se analisar o conceito a partir de duas variáveis de significância:

Seja concebida como *standing for*, nas suas acepções descritiva e simbólica, ou como *acting for*, a representação, mesmo compreendida pelas visões formalistas enquanto uma autorização, envolve o sentido de “tornar o representado presente”. Assim como na arte a representação enquanto *standing for* torna presente algo ausente pela semelhança ou reflexo, na política a representação enquanto *acting for* torna o ausente presente na ação do representante quando este age pelo representado como se o próprio estivesse agindo. (FERES; POGREBINSCHI, 2010, p. 138-139).

Essa dualidade entre a presença e a ausência, que são simultâneas na representação, trazem também um paradoxo que, para Pitkin, afeta a representação política na prática: a controvérsia mandato-independência. Ou seja, o questionamento sobre se o mandato do representante deve sempre seguir instruções dos representados ou se o representante deve agir com independência, livre para fazer escolhas que julgue serem melhores aos representados.

Esse e outros dilemas sobre representação e seus possíveis formatos reiteradamente retornam aos debates sobre o Poder Legislativo na Ciência Política, principalmente em relação às suas limitações. Seja nos países mais desenvolvidos ou menos, nas velhas ou novas democracias, as instituições representativas estão passando por um período de desgaste. Verificam-se sintomas

que corroboram esse diagnóstico: menor comparecimento dos eleitores às urnas, avaliação ruim do desempenho dos parlamentos e dos parlamentares, ou seja, falta de confiança, somando-se também a um enfraquecimento dos partidos, que antes cumpriam papel central na representação (MIGUEL, 2003; GOMES, 2010).

Porém, o que alguns autores defendem não é a existência de crise, e sim de mudanças de contextos, elementos e formas da própria democracia representativa. Para Manin, o que vem acontecendo, na realidade, não é uma crise do sistema representativo, mas “um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII” (MANIN, 1995, p. 21). Ou seja, as transformações pelas quais passa a sociedade, a política e a economia acabam por influenciar também a complexidade presente no governo representativo.

Em sua obra, Manin descreve três tipos de Governo Representativo. O primeiro é o Governo Representativo de tipo Parlamentar. É o tipo de governo tradicional, em que a escolha dos representantes se baseia na confiança, os eleitores escolhem os “notáveis” ou ilustres como representantes. Estes possuem autonomia para a tomada de decisões, ou seja, “os deputados não estão presos à vontade de seus eleitores” (MANIN, 1995, p. 10).

O segundo tipo, a Democracia de Partidos, ou Governo de Partidos, surge com a expansão do direito ao voto e a conseqüente decadência do tipo parlamentar. As plataformas políticas e as ideologias partidárias são predominantes para a escolha do eleitor, que busca nos partidos representantes com interesses correspondentes aos seus.

O terceiro e último tipo de Governo Representativo apontado pelo autor é a Democracia de Público. O enfraquecimento dos partidos passa o lugar estratégico de mediação entre representantes e representados para os meios de comunicação. O principal fator para o voto é a personalidade do candidato, a figura individual sobrepõe-se à imagem do partido. Assim, aqueles que lidam melhor com a mídia são privilegiados, pois “a democracia do público é o reinado do ‘comunicador’” (MANIN, 1995, p. 15). Veremos melhor a relação entre representação e os meios de comunicação no próximo capítulo.

Ao contrário de Manin, Pitkin (1967) se preocupa menos com o modo que se dá a escolha, ou seja, a eleição, e mais com o que ocorre durante a representação. Essa visão é chamada de substantiva e se concentra no que o representante faz e no que ele é. Pitkin entende que a atividade representativa deveria ser “uma relação recíproca, na qual ação e julgamento são características tanto do representante quanto do representado” (PITKIN apud LOUREIRO, 2009, p. 70).

Nessa linha, vem-se verificando uma crescente valorização da relação com a sociedade civil nos debates sobre representação, principalmente aqueles preocupados com o aprofundamento da qualidade das democracias contemporâneas. Uma das autoras que se destacam ao repensar um conceito de representação mais democrático é Nádía Urbinati (2006).

Urbinati também afirma ser complexo o mundo da democracia representativa e apresenta três teorias da representação: Jurídica, Institucional e Política. A terceira delas é a teoria escolhida pela autora para explicar a circularidade e dinamicidade da representação. Para a teoria da representação política, “um governo que deriva sua legitimidade de eleições livres e regulares, a ativação de uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil é essencial e constitutiva” (URBINATI, 2006, p. 202).

Percebe-se também uma crescente preocupação das teorias de representação em torno do papel da inclusão de parcelas excluídas da sociedade para a consolidação das democracias contemporâneas. Alguns mecanismos vêm sendo propostos e adotados para tentar contemplar as demandas das minorias políticas, como cotas nas listas partidárias, sistema de representação proporcional, reserva de cadeiras parlamentares e delimitação de distritos eleitorais especiais.

A necessidade de inclusão de grupos retoma o conceito de “representação descritiva” de Pitkin (1967), fundada na concepção de que a sociedade deve estar representada nos espaços decisivos como um “espelho”. Mas a representação descritiva traz problemas ao se preocupar apenas com quem são os representantes, e não garantindo que eles atendam às demandas dos grupos aos quais pertencem, ou seja, às ideias dos representados.

Philips (2001) acredita que a política de presença possui tantas objeções quanto a política de ideias. Defender as ideias de um determinado grupo sem possuir uma relação de identidade é inadequado, tanto por não conseguir captar todas as necessidades daquele grupo quanto por não permitir a presença deles nos espaços de poder. A presença por si só também não é determinante, se não forem consideradas suas opiniões e interesses.

Para Young (2006) a representação também deve se preocupar em refletir a pluralidade de opiniões e interesses da sociedade. Porém, isso dificilmente ocorre se os grupos com identidades diversas estão excluídos do acesso ao Parlamento, fator que prejudica a qualidade da democracia representativa:

Em virtude de seus posicionamentos sociais, os membros dos grupos estruturalmente diferenciados freqüentemente têm compreensões diferentes acerca das causas dos

problemas e conflitos e dos possíveis efeitos das soluções propostas. Cada grupo tem percepções diferentes sobre os demais, e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Se apenas algumas poucas dessas compreensões influenciam as discussões e as decisões, os atores políticos ficam mais propensos a perpetuar a injustiça ou a agir com imprudência. (YOUNG, 2006, p. 12).

Para Young (2006), uma representação mais justa depende da compreensão de “perspectiva social”. Ela argumenta que “pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2006, p. 10). Assim, uma representação que leve em consideração a perspectiva social é mais significativa, na medida em que nem sempre indivíduos de um grupo desfavorecido possuem os mesmos interesses e opiniões, mas possuem perspectivas similares, sobretudo quanto ao seu posicionamento na estrutura social.

Portanto, mecanismos que possibilitem a presença de grupos excluídos no campo político podem ter resultados positivos, considerando as perspectivas sociais, os interesses e as ideias dos grupos. Incluir o pluralismo de identidades sociais nos âmbitos de tomada de decisão, afirmando a diferença e não tentando eliminá-la, proporciona uma multiplicidade de opiniões e aprimora o relacionamento entre os eleitores e seus representantes.

No caso das mulheres, como veremos no item 1.2.3, uma representação que considere a perspectiva social agrega ao debate as experiências e relações sociais percebidas sob a ótica do gênero, mas também enriquece ao refletir a diferença dentro do grupo feminino. Existem interesses, opiniões e ideias diferentes entre as mulheres, que devem ser somados, por meio da presença feminina, aos diversos temas colocados em pauta pelo poder político masculino (PITKIN, 2006).

1.2 Representação Feminina

1.2.1 Gênero e Feminismo

O conceito de gênero utilizado por Joan Scott (1995) elucidada bem como esse termo pode ser utilizado nas pesquisas voltadas para a Ciência Política. Buscando explicar como gênero é uma construção histórica e social dos papéis atribuídos a homens e mulheres, ela estabelece gênero como uma categoria de análise, “como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre sexos” (SCOTT, 1995, p. 19). Para a autora, o conceito pode ser dividido em dois componentes: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21).

No desenvolvimento do conceito de gênero, ela divide os componentes em 4 aspectos, que, resumidos, são: primeiro as representações simbólicas, que são culturalmente construídas; depois os conceitos normativos, expressos nas mais variadas doutrinas dominantes na sociedade e que afirmam o sentido do masculino e do feminino como conceitos binários de representação; um terceiro aspecto que envolve as instituições e organizações, e, portanto, o aspecto político; e a identidade subjetiva.²

Todos eles envolvem as relações recíprocas e complexas das diversas formas de interação, mas o destaque dado à política nos chama atenção, já que, para ela, “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica” (SCOTT, 1995, p. 23).

O conceito de gênero não se restringe aos estudos voltados apenas às questões femininas, ele abarca os papéis sociais e relacionais de homens e mulheres; portanto, falar das especificidades e necessidades de um significa necessariamente evidenciar os privilégios históricos e oportunidades do outro. Percebe-se que o poder político enfatiza essa oposição binária e legitima as diferenças entre masculino e feminino:

O longo processo histórico ocidental de distribuição desigual de poder, de desvalorização da mulher e de rigidez de papéis e identidades de gênero contribuiu para uma ‘naturalização’ das diferenças. Esta ‘naturalização’ constitui uma das maiores barreiras para o desenvolvimento de uma equidade social, já que encobre alguns pressupostos mantenedores do *status quo*. (PERLIN, 2006, p. 283).

² Este trabalho não discutirá identidade de gênero, pois não configura tema relevante para seu objetivo principal que é a discussão da presença de mulheres na Mídia Legislativa. Para o tema identidade de gênero relacionado à homossexualidade ver: BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*: Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

A diferenciação entre o feminino e o masculino é, portanto, ligada a padrões de dominação masculina, que colocam a mulher em situação de incapacidade e inferioridade social e política. O surgimento do feminismo, seja como movimento social ou teoria acadêmica, parte da crítica a essa dominação.

Considerada fundadora do feminismo, a britânica Mary Wollstonecraft, ao escrever seu livro *A Vindication of the Rights of Woman (Reinvindicação Dos Direitos da Mulher)* em 1792, foi fortemente influenciada pela Revolução Francesa e buscou defender a extensão dos princípios igualitários do Iluminismo às mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014; FERES; POGRENBINSCHI, 2010).

Para a autora, a principal solução para a emancipação feminina seria a educação. “A demanda por educação tem por objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente” (MIGUEL, 2014, p. 21).

Isso porque as faculdades racionais e a capacidade de crítica das mulheres estariam prejudicadas por sua circunscrição ao ambiente doméstico. Ela afirma que as mulheres se conformaram com o cultivo das sentimentalidades próprias desse âmbito, se submetendo a uma posição social destituída de dignidade (FERES; POGRENBINSCHI, 2010).

A ideia de que a desigualdade de gênero não é biológica, mas social e historicamente construída, nos permite compreender melhor a famosa frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. E é a partir de sua obra, *O Segundo Sexo*, que o pensamento feminista contemporâneo ganha fôlego, pois “representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 25).

A demanda por igualdade de gênero é, portanto, bandeira do feminismo, seja ele teórico ou dos movimentos sociais. Falar de gênero e feminismo é compreender a desigualdade entre homens e mulheres como construção social. É reconhecer que diferenças de ordem biológica não explicam as limitações das mulheres ao acesso a bens sociais e a condições plenas e igualitárias de entrada nos espaços de poder e tomada de decisão.

Tendo presentes essas considerações, neste trabalho o gênero será usado de modo relacional, comparativo, procurando demonstrar como a participação das mulheres se dá na política

e sua visibilidade na mídia legislativa, mas buscando sempre confrontar com os mesmos dados sobre os homens, e, quando possível, explorar os prováveis motivos das disparidades.

1.2.2 Espaços Públicos e Privados

Para compreender os papéis de gênero como uma construção histórica das nossas sociedades, precisamos rever também como esses papéis foram designados aos homens e às mulheres nos espaços privados e nos espaços públicos, já que “o feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 19).

As implicações das estruturas socialmente construídas a partir das diferenciações de público e privado influenciaram também na sub-representação de mulheres, vista hoje no campo político, pois as concepções que orientavam a ação política na vida pública fixaram a participação nesse espaço por critérios socialmente tidos como masculinos, como veremos a seguir.

De acordo com Carole Pateman, a dicotomia entre o privado e o público é “a questão central do movimento feminista” (PATEMAN, 1983, p. 55). Em sua obra, *O Contrato Sexual*, a autora busca demonstrar como os contratualistas, ao descreverem as teorias dos contratos sociais nos séculos XVII e XVIII, desconsideraram as relações de subordinação e opressão, contando apenas metade da história (PATEMAN, 1993).

Os teóricos contratualistas clássicos contam a história do pacto original, uma ficção utilizada para explicar a origem dos Estados, a manutenção da ordem social e como os indivíduos abrem mão das liberdades no “estado de natureza” e passam a compor a sociedade civil. Pateman critica esses teóricos, que possuem forte influência na teoria política liberal sobre a construção da esfera pública, no intuito de denunciar como o contrato estabelece a dominação dos homens sobre as mulheres, criando o termo “contrato sexual”. Nas suas palavras:

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1993, p. 21).

Assim, o termo “contrato sexual” se refere ao poder que os homens exercem sobre as mulheres. Enquanto os homens são participantes do contrato original, garantindo suas liberdades — como o direito a ter propriedades —, as mulheres são excluídas do pacto social e aparecem apenas como objeto do contrato e, inclusive, como propriedade dos homens. Assim, enquanto “o contrato social é uma história de liberdade[,] o contrato sexual é uma história de sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 16).

A autora expõe as contradições dos teóricos contratualistas que, ao mesmo tempo em que defendem a inclusão das mulheres na sociedade civil, colocam-nas na posição de subordinadas aos homens, demonstrando que “a liberdade civil depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 322). Ou seja, o contrato social e as liberdades civis decorrentes dele dependem da dominação masculina e da sujeição feminina.

A construção da diferença entre os sexos enquanto diferença entre liberdade e a sujeição não é fundamental apenas para uma célebre história política. A estrutura de nossa sociedade e de nossas vidas cotidianas incorpora a concepção patriarcal de diferença sexual. (PATEMAN, 1993, p. 22).

Assim, a concepção liberal sobre a formação das sociedades e, conseqüentemente, suas estruturas, é permeada pela dominação masculina. A separação entre a esfera pública e a esfera privada também reflete esses padrões patriarcais, apesar de ser “apresentada na teoria liberal como se ela se aplicasse a todos os indivíduos da mesma maneira” (PATEMAN, 1993, p. 57). Coube, portanto, às críticas feministas a exposição dos problemas na separação do público e do privado defendida pelo liberalismo.

Como Okin (2008) afirma, não há na teoria política uma definição única e precisa dos termos “público” e “privado”. A esfera pública é normalmente utilizada “para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis” (OKIN, 2008, p. 306), no sentido de que é mais fácil a interferência em relação às liberdades desses espaços. A esfera pública é ligada aos espaços não domésticos da sociedade, incluindo os espaços relacionados ao Estado, com princípios impessoais, racionais e universais. Utilizaremos neste trabalho a posição de Pateman de que “a esfera pública englobaria, assim, toda a vida social que não a vida doméstica” (PATEMAN, 1983, p. 58), na medida em que facilita o entendimento da condição das mulheres e o relacionamento com o campo político.

No sentido inverso, o espaço privado é aquele “usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial” (OKIN, 2008, p. 306). Ou seja, os indivíduos possuem mais liberdade em relação ao controle do Estado, pois a esfera privada segue os princípios da intimidade e da pessoalidade, típicos da vida doméstica e familiar.

Às mulheres foram atribuídas apenas as atividades da esfera privada, como se fosse natural sua designação às tarefas do lar e ao cuidado com a família. Esses papéis impediram o seu trânsito no mundo público, do trabalho e da política, colaborando para que “a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 32), configurando uma divisão sexual do trabalho.

Essa divisão se reflete destacadamente quando se trata da atividade política; a socialização diferenciada pelas quais passam homens e mulheres na esfera privada vai determinar seus posicionamentos e as estruturas da esfera política. Para a crítica feminista, esse é um dos pontos cuja compreensão é essencial para romper com a dicotomia entre o público e o privado: o pessoal é político (OKIN, 2008).

Como a atividade política está inserida em um contexto social patriarcal, a dualidade entre o público e o privado “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 31). Nesse ponto, a crítica feminista vê a necessidade de acabar com essa dicotomia, pois não há como construir uma nova perspectiva política que inclua as mulheres sem desconstruir os aspectos patriarcais de dominação masculina embutidos na dualidade entre político e doméstico, público e privado.

1.2.3 Inclusão das mulheres na política

A conquista do voto feminino foi resultado de um longo processo de luta pela participação das mulheres na política, e o sufrágio foi durante um bom período a bandeira central do movimento feminista. No final do século XIX e ao longo do século XX, as mulheres conquistaram os direitos políticos na maior parte dos países (MIGUEL, 2014). Após conquistado o sufrágio, abriu-se espaço

para as outras reivindicações por igualdade de gênero, como o direito de também serem representantes.

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932 e, em 1934, elegeu-se a primeira deputada federal. Atualmente, elas correspondem a cerca de 10% dos membros da Câmara dos Deputados, uma participação ínfima se comparada com a porcentagem de mulheres na população, que passa dos 50% no Brasil. Aqui e em diversos outros países, a sub-representação feminina é facilmente notada na arena política e nos espaços de tomada de decisão, sendo entendida como um problema a ser corrigido.

Uma das formas mais disseminadas de ampliação da presença feminina no campo político é a cota eleitoral. Considerada um tipo de ação afirmativa, as cotas podem incidir sobre o número de candidatos na disputa eleitoral ou sobre o número de cadeiras no parlamento. Podem também variar em proporção: 30%, 40%, 50% de reservas de vagas para cada sexo.

As cotas foram idealizadas com o intuito de reparar desigualdades estruturais presentes na sociedade, ou seja, possibilitar que os grupos em posição desprivilegiada tenham acesso aos espaços de decisão. Visam também reconhecer que as desigualdades sociais existentes entre os grupos são os motivos principais para sua ausência nesses espaços.

Essa discriminação positiva é vista muitas vezes como uma vantagem que é dada injustamente às mulheres, já que as barreiras legais foram eliminadas e elas podem votar e ser votadas. “Do ponto de vista da teoria política, as cotas implicam uma ruptura com um princípio basilar da ordem política liberal, ao indicar que um grupo (as mulheres) deve ter preservado seus direitos de se fazer ouvir nos espaços de representação” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 97). Os liberais consideram as cotas como uma quebra da isonomia. No entanto, trata-se de uma medida reparatória, uma compensação de parte dos prejuízos da posição desprivilegiada das mulheres devido ao seu ingresso tardio no campo político. E é defendida por várias outras teorias políticas.

Segundo Miguel, a demanda por ações que aumentem o acesso das mulheres aos espaços de poder é dividida em três principais correntes, que fundamentam seus argumentos na afirmação de “uma diferença moral entre homens e mulheres, de uma diferença de interesses ou de uma diferença estrutural” (MIGUEL, 2001, p. 257).

As autoras da primeira corrente afirmam que as mulheres “trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos” (MIGUEL, 2001, p. 259). Suas características maternas e de cuidado com os mais vulneráveis,

consequência, como vimos, de sua posição na esfera doméstica, trariam à esfera política a singularidade feminina, transformando o ambiente agressivo, competitivo e egoísta, tipicamente masculino.

Assim, a socialização diferenciada daria às mulheres um julgamento mais apurado para a prática política, elas trariam “uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada” (MIGUEL, 2001, p. 260). Segundo essa linha, haveria uma revalorização desses temas e, conseqüentemente, da esfera familiar.

O problema desse raciocínio é que não se veem transformações no campo político nas experiências em que houve aumento da representação feminina. O que se presencia é que elas passam a se ocupar mais de temas considerados sociais, “questões de menor prestígio do campo político, questões que exigem menos capital simbólico de quantos delas se ocuparão e lhes alavancam de forma menos expressiva a carreira futura” (MIGUEL, 2001, p. 260).

Portanto, em vez de alterar os valores desse campo, privilegiando os assuntos da política do desvelo, a atuação das mulheres não modifica a prioridade dos assuntos e pode acabar por naturalizar as diferenças socialmente construídas, conformando às mulheres a atuação em temas de menor prestígio e impedindo que elas alcancem as posições de maior poder no campo político.

A segunda corrente, que sustenta a defesa da paridade política fundamentada na diferença de interesses entre homens e mulheres, baseia-se no argumento de que as mulheres “possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta” (MIGUEL, 2001, p. 264). Portanto, devem ter espaço para explicitar esses interesses, já que elas próprias seriam as melhores defensoras dos seus direitos como grupo.

A defesa dos direitos como grupo rompe com a teoria política liberal que reconhece apenas os indivíduos como portadores de direito e avança no protagonismo dos grupos como atores políticos, mas ao mesmo tempo traz algumas questões a serem ponderadas. Uma delas é a dificuldade de definir, diante de um grupo tão amplo, quais são esses interesses.

Integrantes de um mesmo grupo, como é o caso das mulheres, possuem diversas outras identidades e posições sociais; elas não terão sempre os mesmos interesses, o que torna difícil a construção de uma pauta de propostas que seja acordada entre todas elas. Ou seja,

os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e, por vezes, contraditórias (por exemplo, mulher, negra, mãe, trabalhadora

manual, evangélica, consumidora de determinado tipo de produtos, usuária de determinados serviços e moradora da periferia). Uma política de quotas que garanta a representação política feminina significa a imposição da primazia de uma faceta sobre as outras. (MIGUEL, 2001, p. 264).

A impossibilidade de construção de interesses e preferências comuns a todas as mulheres, principalmente em razão das múltiplas identidades dentro do grupo, traz também um problema de não comprometimento entre as mulheres candidatas e representantes. Elas podem não compartilhar das demandas desse grupo, adotando uma “postura que favorece a autonomização da elite política, que fica desobrigada de prestar contas ao eleitorado, uma vez que a sua legitimidade provém das características identitárias compartilhadas” (MIGUEL, 2001, p. 265).

O deslocamento de foco do “interesse” para a “perspectiva social” busca equacionar esses problemas e representa os argumentos da corrente baseada nas diferenças estruturais. Young (2006), umas das precursoras dessa linha, justifica que a inclusão das mulheres no campo político envolve a existência de estruturas sociais que geram experiências de vida de acordo com o posicionamento no campo social, como vimos anteriormente. Ou seja, as posições sociais em que as mulheres se encontram produzem perspectivas particulares derivadas desse posicionamento, e, conseqüentemente, compreensões específicas do mundo social.

Seguindo a lógica metafórica da diferenciação de grupos como produto de posições diferentes no campo social, a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão ‘próximos’ no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito. (YOUNG, 2006, p. 162).

Sendo assim, as cotas são necessárias para que as mulheres se façam presentes nos espaços de deliberação “para que a perspectiva social que incorporam se faça ouvir e participe da construção de projetos coletivos — que, aliás, contempla a própria redefinição dos *interesses* dos envolvidos — que ocorre em tais foros” (MIGUEL, 2001, p. 265).

Com as ações afirmativas busca-se, portanto, pluralizar os espaços de representação, agregando ao debate opiniões, interesses e perspectivas dos diversos grupos presentes na sociedade. O que se pretende com essas medidas não é igualar todos a uma única vontade e um bem comum, mas representar a diversidade de visões presentes numa sociedade plural.

1.2.4 Desafios para a Representação Feminina

Vários estudos têm buscado compreender o fenômeno da sub-representação feminina nos parlamentos. Miguel e Biroli (2011) apresentam um mapeamento de três vertentes explicativas principais. A primeira considera o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, como vimos na discussão sobre a dicotomia do público e do privado no item 1.2.2, cuja principal estudiosa é Carole Pateman.

A autora critica a oposição entre público e privado — ponto central ao liberalismo — e desaprova a continuidade da subordinação feminina. O liberalismo estaria estruturado em instituições e valores que sustentam a divisão sexual do trabalho, e a inclusão política das mulheres seria complexa, uma vez que implicaria no enfrentamento da doutrina liberal e das hierarquias que estruturam as diferenças de gênero. Assim, pode-se dizer que a estrutura patriarcal do liberalismo impõe a subordinação, e desta derivam várias formas de exclusão (MIGUEL; BIROLI, 2011).

A segunda vertente é ancorada nos princípios liberais. Enquanto a primeira vertente denuncia a estrutura patriarcal como causa da exclusão das mulheres, esta corrente procura “diagnosticar e explicar distorções, verificando qual é, de fato, a influência do sexo nas trajetórias políticas” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 89). Ela se encontra amparada na literatura norte-americana e analisa os obstáculos que as mulheres enfrentam para o acesso ao mundo político.

Os autores dessa corrente avaliam os padrões culturais e de socialização que constroem o espaço político como um lugar masculino e que servem para inibir a ambição política das mulheres. Vários são os obstáculos impostos às mulheres para a entrada no campo político; o primeiro deles, já superado de maneira geral, foi a obtenção dos direitos políticos. Mas, obtida a igualdade formal, ainda é preocupante a sub-representação feminina nos espaços de poder. É necessário, portanto, questionar as dificuldades para a candidatura de mulheres.

“A principal barreira à igualdade entre os sexos nas esferas de decisão política reside em mecanismos de socialização que fazem que as mulheres não se sintam chamadas a ingressar nas disputas eleitorais” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 93). Os arranjos tradicionais da esfera familiar e as responsabilidades domésticas não são um obstáculo à ambição política das mulheres em si, mas trazem barreiras para uma possibilidade de carreira profissional que tenha mais êxito numa pretensa candidatura. Por essa linha, entende-se que a ambição política das mulheres é limitada, sobretudo por obrigações domésticas que as impedem de ter dedicação similar à masculina (MIGUEL; BIROLI, 2011).

A hipótese de que os eleitores são fator determinante para compreensão da sub-representação, porque tenderiam a não votar em mulheres, vem sendo descartada (FOX; LAWLESS, 2012). Dando sequência, a análise da terceira vertente para a explicação da sub-representação foca nos constrangimentos estruturais. Via de regra, são três os tipos de recursos necessários à participação política: dinheiro, tempo livre e rede de contatos (MIGUEL; BIROLI, 2011). Os grupos que estão em posição subalterna normalmente não possuem um ou mais desses requisitos, essenciais para competir com os demais por um cargo político.

Em relação ao dinheiro, o financiamento de campanhas é um componente fundamental na análise da equidade de gênero. Há uma alta correlação entre financiamento e sucesso eleitoral, os candidatos que arrecadam mais, geralmente são os mais votados. Isso pode ser fundamental para explicar o baixo desempenho eleitoral das mulheres, já que as candidatas têm arrecadações de campanha significativamente menores do que os candidatos (SACCHET; SPECK, 2012).

Quando se trata de tempo livre, o peso das tarefas domésticas ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres, apesar de terem ocorrido mudanças nos arranjos maritais (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 98). A maior quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres — no Brasil, aproximadamente 5 horas a mais de trabalho semanal (IBGE, 2013) — não significa ampliação de seu poder econômico, porque atuam mais em trabalhos não remunerados, como as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e com pessoas idosas ou doentes. Com maior sobrecarga laboral, elas têm menos tempo livre. Essas tarefas são permanentes, o que compromete a participação no competitivo mundo político (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 100).

A questão da divisão sexual do trabalho afeta também o *pool* de elegibilidade. Poucas mulheres ocupam posições estratégicas nas profissões que servem como via para carreiras na política (FOX; LAWLESS, 2012). Essa escassez implica que as ocupações que permitem estabelecer relações de influência são pouco acessíveis a elas, que têm menos chance de receber incentivos advindos de uma fonte política para uma candidatura. Quando um líder, ou outro ator político, oferece apoio, o candidato potencial tende a levar adiante uma candidatura (FOX; LAWLESS, 2012).

Os espaços tradicionais de gênero também refletem as especialidades e ideologias das mulheres na política. As mulheres se envolvem mais em políticas relacionadas aos interesses de mulheres e crianças (FOX; LAWLESS, 2012). Também obtêm mais confiança dos eleitores

quando se trata de “temáticas de mulheres”, como saúde, educação, meio-ambiente e auxílio aos pobres (FOX; LAWLESS, 2012).

Além da reduzida circunscrição temática, as mulheres não se percebem suficientemente preparadas para participar do mundo político, influência da educação e da socialização tradicionais. Independentemente de suas qualificações ou credenciais, e mesmo quando pertencem à camada superior de realização profissional, elas não se consideram suficientemente qualificadas para concorrer a um cargo político (FOX; LAWLESS, 2012).

Portanto, as mudanças estruturais são essenciais para alcançar uma maior igualdade de oportunidades às mulheres:

Mecanismos de incentivo à participação política podem ser meritórios, mas as condições para o exercício paritário do poder dependem ainda de medidas como creches, divisão das tarefas domésticas e fim da discriminação de gênero no mercado de trabalho. (MIGUEL, 2014, p. 106).

Sendo assim, conclui-se que existem vários fatores históricos e sociais que dificultam o acesso das mulheres aos espaços de poder e tomada de decisão. Percebe-se, portanto, que a busca por maior presença das mulheres na política brasileira é complexa e esbarra em algumas limitações — tanto de representação, ao não conseguir refletir a realidade diversa das mulheres presentes na nossa sociedade, quanto estrutural, por não dispor dos recursos necessários à competição política, predominantemente mais acessível aos homens.

2 COMUNICAÇÃO E PARLAMENTO

2.1 Mídia e Mediação Política

Nossas extensas e complexas sociedades por vezes diminuem o contato direto com os detentores de mandato, ampliando o distanciamento entre os cidadãos e seus representantes. Além disso, tornam necessária uma fonte indireta de informações sobre o que ocorre na política: os meios de comunicação de massa, que passam a disputar com os partidos e os parlamentares o papel de mediação com a sociedade.

As transformações da democracia apresentadas por Manin (1995) já demonstravam a mudança do papel dos partidos, passando o lugar estratégico de contato entre os representantes e representados aos meios de comunicação, no que ele chama de “Democracia de Público”. Com o protagonismo da mídia no fornecimento das informações do mundo da política, ela passa a ter o papel de mediadora do espaço público, fazendo a ponte entre os políticos e os cidadãos, anteriormente realizada pelos partidos.

A mídia é responsável pela maior parte das informações adquiridas na sociedade contemporânea; seja pela televisão, rádio ou internet, ela baliza visões de mundo sobre várias esferas temáticas (MIGUEL, 2011; FERES, 2014). Não poderia ser diferente com as informações sobre política, pois os meios de comunicação de massa têm uma penetração praticamente inevitável na vida das pessoas, sendo os principais responsáveis por situar o indivíduo nos acontecimentos da esfera pública.

“Apesar da importância da comunicação na política, vários autores ressaltam que a relação entre mídia e política é complexa, com influências mútuas e não unilaterais” (BERNARDES, 2013, p. 665). Portanto, para compreender melhor essa relação, utilizamos neste trabalho dois pressupostos: o primeiro de que o jornalismo é uma instituição política, assim definido por Timothy E. Cook (2011). E o segundo é a ideia de que tanto a mídia como a política constituem “campos sociais” que se relacionam e se influenciam mutuamente, de acordo com as teorias de Pierre Bourdieu (2011).

2.1.1 Mídia como Instituição Política e Campo Social

Para Cook (2011), o jornalismo é, como os partidos políticos e os grupos de interesses, uma instituição política. Essa comparação se deve à maior semelhança da mídia com essas duas esferas do que com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois estes são “instituídos pela Constituição, com regras precisas sobre como seus membros deveriam ser selecionados, seus mandatos, bem como seus poderes e responsabilidades” (COOK, 2011, p. 233).

Os veículos e meios de comunicação que compõem a mídia, bem como seus dirigentes e empregados, não são escolhidos pelo voto, não possuem mandato e nem poderes derivados da Constituição. Porém, possuem algumas características semelhantes às instituições, como regras e regulamentos sobre como atuar, rotinas e critérios próprios. Além disso, no caso específico do jornalismo, possui semelhanças por ser “parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa” (COOK, 2011, p. 205) e, também, por ter um forte impacto sobre os resultados políticos, assim como os partidos e os grupos de interesses. A mídia “pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas” (COOK, 2011, p. 205). Nesse sentido, o autor defende que o jornalismo é uma instituição política intermediária, que atua como mediadora dos espaços públicos, mas ressalta uma diferença crucial entre a mídia e os partidos e grupos de interesses:

estes são formados e mantidos para a perseguição estratégica coletiva de objetivos políticos explícitos. O jornalismo não o é. Em comparação com a política explícita do partido e grupo de interesses, a política, o poder e o impacto do jornalismo bem podem ser implícitos e ocultos, até mesmo (ou especialmente) de seus próprios praticantes. (COOK, 2011, p. 235).

Ressalte-se aqui o fato de o jornalismo ser uma instituição privada, ou seja, que segue uma lógica da empresa e dos seus dirigentes, nem sempre deixando claro os interesses e objetivos que regem suas políticas, às vezes nem mesmo para seus jornalistas, como veremos no próximo tópico.

O conceito de mídia como instituição não impede sua classificação como campo social, pelo contrário, colabora para uma melhor compreensão de como os espaços de representação política e a mídia se relacionam e interferem, cada um com suas regras e especificidades, na dinâmica do outro.

Diversos estudos utilizam o conceito de “campo” de Pierre Bourdieu:

É um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Partindo desse conceito, vemos que dentro de cada campo há uma disputa entre os atores para alcançar uma posição de importância ali dentro e, de acordo com essa posição de poder, sua atuação visa conferir legitimidade para seus discursos. Um campo de poder, para Bourdieu, constitui “as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social — ou de capital — de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2006, p. 28-29).

Além da complexidade de relações internas ao campo, os diversos campos existentes se relacionam entre si. O campo político, com suas lógicas e características específicas, se relaciona com o campo midiático, que também possui uma estrutura própria. Traquina (2005a), que também utiliza as teorias de campo de Bourdieu, explica que o campo jornalístico se compõe da seguinte forma:

1) um número ilimitado de “jogadores”, isto é, agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação; 2) um *ejeu* ou prêmio que os “jogadores” disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é a notícia e a sua construção. (TRAQUINA, 2005a, p. 27).

Assim, os agentes e grupos do campo político lutam, no campo jornalístico, por uma posição de poder que, conseqüentemente, refletirá na posição que eles ocupam no campo político. Bourdieu ressalta que

as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Percebe-se que, nessa dinâmica, o campo midiático e o campo político estão constantemente disputando espaços para a mediação política com a sociedade. Segundo Feres (2014), temos que reconhecer “a natureza mediada da vida em sociedade, ou mais

especificamente, o papel da grande mídia na informação e formação de opinião do público em nosso país”. Para ele, “a informação necessária para a formação de opinião democrática em sociedades complexas depende quase que exclusivamente de informação advinda da grande mídia” (FERES, 2014, p. 9).

Para entender melhor o crescente papel de mediação do campo midiático e sua relação com o campo político, apresentaremos alguns conceitos específicos das teorias de comunicação que facilitarão essa compreensão.

2.1.2 *Newsmaking* e Jornalismo Político

Não pretendemos aqui esgotar todos os elementos que constituem a produção de uma notícia, mas apresentar aqueles que consideramos mais relevantes para a influência da mídia na política. Destacaremos, dentro da teoria do “*newsmaking*”, elementos específicos que o constituem, como valor-notícia, enquadramento e agendamento (*agenda-setting*).

O grande número de fatos que acontecem cotidianamente na nossa sociedade impede que todos eles sejam divulgados. Além disso, nem tudo o que ocorre é importante para que seja informado a todos. Portanto, nos meios de comunicação, por limitações de tempo e espaço, é preciso decidir o que vai virar notícia, e isso pressupõe um tipo de seleção, já que “os repórteres só podem atender a alguns dos eventos possíveis” (COOK, 2011, p. 206). Portanto, o noticiário é necessariamente seletivo e

pode então não ser uma amostra representativa das ocorrências, mas os jornalistas podem responder com credibilidade — e o fazem — que chegaram com os eventos e pessoas mais importantes para incluir no noticiário. (COOK, 2011, p. 206).

A seleção de quais eventos e pessoas serão noticiados pressupõe um conjunto de regras do campo midiático — o *newsmaking*. Segundo Wolf (2008), o *newsmaking* segue os critérios de relevância e noticiabilidade dos fatos que são utilizados ao longo de todo o processo de produção da notícia. A noticiabilidade é a aptidão de um evento ser transformado em notícia:

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 2008, p. 196).

Os critérios de noticiabilidade e as rotinas jornalísticas não são definidos de uma forma simples, categórica e permanente. Partem de rotinas complexas e envolvem vários fatores da cultura profissional dos jornalistas, da organização do trabalho e dos processos de produção (WOLF, 2008). Um dos componentes da noticiabilidade é o valor-notícia. Os valores-notícia são os elementos que vão ajudar a criar uma rotina para facilitar o trabalho do jornalista na hora de escolher os acontecimentos que “são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias” (WOLF, 2008, p. 202).

Os valores-notícia não são estáticos e mudam ao longo do tempo, mas seguem, relativamente, um padrão dentro da rotina e da cultura jornalística, “da lógica de uma tipificação, destinada à realização programada de objetivos práticos e, em primeiro lugar, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos” (WOLF, 2008, p. 204).

Segundo Cook, para preencher os critérios dos valores, a pauta deve ser “oportuna, concisa, facilmente descritível, dramática, cheia de cor e visualizável” (COOK, 2011, p. 238). Um fato é selecionado e classificado de acordo com esses valores, e quanto mais preenche esses requisitos, mais ele tem potencial de entrar na pauta e ser transformado em notícia.

Considerando agora a relação com o campo político, é possível prever que quanto mais as ações políticas se aproximarem das práticas classificadas como próprias do campo midiático, maior a probabilidade de ganharem espaço nos meios de comunicação, pois os valores-notícia “favorecem tipos particulares de notícias e informação em detrimento de outros, e acabam por dotar as notícias de uma política particular” (COOK, 2011, p. 240).

Seguindo a lógica, o contrário também é válido, “as questões e acontecimentos que não se tornam narrativas com facilidade serão provavelmente postos de lado em favor daqueles que o fazem” (COOK, 2011, p. 237), criando no campo político uma necessidade de dialogar com as estruturas previamente estabelecidas no campo midiático.

Essa dinâmica revela também o caráter não neutro dos critérios de seleção, que trazem vieses na medida em que “dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e questões recebem maior cobertura e são apresentados mais favoravelmente que outros” (COOK, 2011, p. 206-207).

O aspecto indiscutido das notícias, de sua produção e do valor de publicá-las contribui para os relatos inconscientemente enviesados dos jornalistas, mesmo (ou até

especialmente) quando eles aplicam critérios de objetividade e qualidade desinteressados e aparentemente neutros quanto ao conteúdo. (COOK, 2011, p. 210).

Além do enviesamento inerente ao *newsmaking*, outro fator reforça a parcialidade e não pode ser desconsiderado: o caráter privado e empresarial das organizações midiáticas. Portanto, alguns vieses são “mantidos pela pressão comercial para atrair e manter audiências que afetam a ‘alocação impositiva de valores’” (COOK, 2011, p. 237), e nem sempre estão claramente postos aos jornalistas.

Traquina classifica esse fator como o “polo econômico” do campo jornalístico. Ele o considera como uma das principais forças que ajudam a construir o produto jornalístico e afirma que está ganhando cada vez mais peso, devido ao lucro que se busca com a venda de notícias (TRAQUINA, 2005a, p. 125, 2005b, p. 13-14).

Vimos que a escolha do que será noticiado pressupõe critérios. Mas os critérios do campo jornalístico não decidem apenas o que será noticiado, mas também como essa notícia terá espaço no jornal:

A teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos dos media e significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos e/ou temas. (TRAQUINA, 2005b, p. 16).

Entman (1991) explica que o enquadramento é construído por meio de palavras-chaves, metáforas, conceitos, símbolos e imagens enfatizadas na narrativa de uma notícia. Ao utilizar, repetir e reforçar palavras e imagens sobre algumas ideias e não outras, o enquadramento trabalha para fazer algumas ideias aparecerem mais, outras menos e algumas ficarem completamente invisíveis (ENTMAN, 1991, p. 7).

Essas escolhas são centrais para a forma com que o enquadramento das notícias ajuda a estabelecer o senso comum da interpretação dos eventos. Faz parte da narrativa da notícia estimular quem está percebendo e pensando os fatos a desenvolver uma compreensão específica sobre eles (ENTMAN, 1991, p. 6).

Muitos dos enquadramentos são difíceis de perceber porque vêm com uma aparência natural, de escolhas banais de palavras e imagens. Portanto, Entman mostra que o enquadramento faz com que a audiência não especializada tenha dificuldade em discernir informações opostas e,

consequentemente, também é mais difícil que ela desenvolva uma interpretação independente daquela apresentada pelas notícias.

Isso interfere de maneira profunda na relação do campo midiático com o político, pois os jornalistas “podem criar importância e certificar a autoridade tanto quanto refleti-la, ao decidir quem deve falar sobre o que e em que circunstâncias” (COOK, 2011, p. 206). As empresas de notícias formam seus profissionais para extrair reações favoráveis dos leitores, e a reação antecipada do público também afeta a retórica e as ações da elite política, que são os patrocinadores iniciais do enquadramento de notícias (ENTMAN, 1991). Ou seja, a forma como a notícia chega aos leitores influencia na construção da opinião pública sobre determinados eventos; sabendo disso, os políticos se aproveitam do enquadramento para direcionar a notícia a seu favor.

Constata-se, portanto, que as normas e os processos do campo jornalístico afetam a configuração do campo político — ao determinar tanto o que será divulgado e debatido no espaço público, por meio do agendamento, quanto como essas informações chegarão ao público, realizando o enquadramento e influenciando a maneira como os leitores vão pensar. Assim, o campo jornalístico e sua dinâmica são capazes também de hierarquizar os valores de mundo presentes na sociedade, como aprofundaremos no item 2.3.

2.1.3 Construção da Realidade Social e Confiança

A teoria do agendamento (*agenda-setting*) leva em consideração os valores-notícia, o enquadramento e a influência na opinião pública para verificar a função da mídia na construção da realidade social.

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, p. 96).

Os estudos sobre *agenda-setting* buscam compreender, portanto, como a mídia é capaz de pautar o público sobre determinados temas e, em longo prazo, configurar a realidade social. Ou seja, “como a informação nova, assimilada pela mídia, transforma-se em elementos da enciclopédia

dos destinatários, ou seja, do conjunto dos seus conhecimentos sobre o mundo” (WOLF, 2008, p. 170).

O agendamento se dá não só pela ação constante da mídia pautando a opinião pública, mas também pela sua influência no campo político, determinando quais temas devem ser priorizados pelos agentes políticos por meio da tematização. A tematização é definida por Wolf como:

um procedimento informativo que faz parte da hipótese de *agenda-setting*, representando uma modalidade que lhe é particular: tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significatividade em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada. (WOLF, 2008, p. 165).

Ao definir o que é divulgado e como é divulgado, principalmente por meio do enquadramento, a mídia consegue interferir também na confiança que os cidadãos têm nas instituições. Nessa lógica, alguns autores apontam a mídia como grande colaboradora no aumento da desconfiança da sociedade nas Instituições Políticas.

A confiança nas instituições e nos atores políticos tende a responder a uma avaliação de desempenho das mesmas, e estas costumam repercutir as informações veiculadas pela mídia, embora com intensidade diversa dependendo dos veículos, das segmentações e do grau de sofisticação intelectual necessária para compreendê-las. (GOMES, 2010, p. 24).

Vemos que a mídia, por características próprias da sua rotina, tende a dar um noticiário potencialmente negativo sobre a política, enfatizando escândalos, erros e disputas pelo poder. Para Traquina (2005b), os valores-notícia, que são um elemento essencial da cultura jornalística, corroboram uma visão negativa do mundo criada pelos jornalistas. Ele afirma que, para aqueles que não fazem parte do campo midiático, “o mundo jornalístico parece ser um mundo de notícias vindo do inferno” (TRAQUINA, 2005b, p. 61).

Isso ocorre, principalmente, quando falamos do Poder Legislativo. Em pesquisa que avaliou 1.768 notícias dos mais importantes jornais brasileiros, Rodrigues (2011) mostra que o Legislativo é o poder com mais notícias negativas e levanta três razões principais. A primeira delas é que o Legislativo é o mais acessível entre os três poderes. O acesso ao Congresso e às atividades que acontecem nas duas casas é, na maior parte das vezes, aberto ao público e aos jornalistas, ao passo que as ações do Judiciário, além de serem de mais difícil compreensão, são menos acessíveis, assim como as do Executivo.

A segunda razão é o fato de possuir várias personagens, diferentemente do Executivo, que só possui uma personagem principal. E, por último, o fato de possuir menos ações no presente, pois o Legislativo se ocupa bastante de discussões sobre diversas temáticas, e o processo de tramitação de proposições é mais lento que a efetivação de uma política pública ou uma sanção presidencial, por exemplo.

Portanto, por noticiar mais aspectos negativos do Congresso, a mídia colabora para uma construção da realidade social em que a imagem da instituição é prejudicada e, conseqüentemente, a confiança da sociedade nessa instituição diminui.

Para Miguel (2008), os meios de comunicação afetam a confiança dos cidadãos na política por uma sequência de motivos: induzem o cidadão a achar que possui informações suficientes sobre a vida política, levando-o a fazer piores escolhas; acabam tornando a política uma disputa entre personalidades ao enfraquecer os partidos; e obrigam os líderes políticos a apresentar respostas rápidas diante dos acontecimentos. Isso tudo contribuiria para a redução na qualidade da tomada de decisões.

Esse quadro se torna ainda mais preocupante quando vemos várias pesquisas que demonstram que as pessoas confiam mais nos meios de comunicação do que nos políticos, nos partidos e no Poder Legislativo (MIGUEL, 2003; GOMES, 2010). Isso se dá em parte porque “o noticiário vem com roupagem de imparcialidade, neutralidade e independência diante dos fatos, dando ao leitor a noção de que ali está a verdade” (RODRIGUES, 2011, p. 95).

Ou seja, nenhuma mídia é neutra e as distorções são inevitáveis, mas, por muitas vezes, os meios de comunicação buscam passar a impressão de que atendem ao interesse público, quando na verdade fazem parte de um sistema complexo que leva também em consideração a lógica empresarial na qual está inserido.

Entender os meios de comunicação como uma esfera de representação política é entendê-los como espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade. (MIGUEL, 2003, p. 133).

Portanto, a mídia exerce um papel crucial na configuração dos espaços públicos, seja difundindo a atuação dos representantes e reforçando o reconhecimento ou o desgaste da opinião pública sobre eles, seja desempenhando uma função de “vitrine”, dando visibilidade aos atores, e, portanto, possibilidades para manutenção ou ingresso na carreira política (MIGUEL; BIROLI, 2011).

2.2 Mídia Legislativa e Cidadania

Como já vimos, as informações predominantemente negativas sobre o Poder Legislativo geram um aumento na desconfiança dos cidadãos em relação aos membros e ao próprio Congresso, afastando-os da política. Portanto, uma fonte alternativa de informações sobre o parlamento é de grande interesse para o campo político, tanto para contrapor a imagem desgastada da instituição quanto para incentivar o engajamento da sociedade no processo político.

As mídias legislativas da Câmara dos Deputados foram criadas com base em dois pressupostos que corroboram esses fatores: o princípio constitucional da publicidade e a contraposição à agenda negativa da mídia privada sobre o Poder Legislativo (BARROS et al, 2015).

A publicidade e a transparência são elementos positivos, que colaboram com o pleno exercício da cidadania. Para Urbinati,

uma teoria democrática da representação deve ser capaz de explicar os eventos de continuidade bem como as crises e, além disso, envolver a ideia de que o povo soberano conserva um poder negativo que lhe permite investigar, julgar, influenciar e reprovar seus legisladores. (URBINATI, 2006, p. 208).

E todos esses elementos contribuem para a qualidade da Democracia, como afirma Rennó:

No mesmo tempo, avaliamos a qualidade da democracia brasileira a partir dos insumos gerados pela cidadania. Desse modo, o terceiro elemento de interesse direto é um que combina questões de representação, *accountability* vertical e responsividade, pois dizem respeito aos mecanismos que cidadãos têm de controle, fiscalização e avaliação de seus representantes. (RENNÓ et al, 2001, p. 40).

A comunicação pública realizada pela Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas, assim como os outros poderes, está entre os veículos informativos que Francisco Sant’Anna denomina de “Mídias das Fontes”, pois “são mantidas e administradas por atores sociais tradicionalmente vistos como fontes de informações” (SANT’ANNA, 2009, p. 17). Podem ser de organizações profissionais, sociais e do setor público, que divulgam informações de forma direta aos cidadãos sem a intermediação da mídia privada:

Um sistema que busca se estruturar a partir de uma base que equilibre fatores de visibilidade, de transparência, de *accountability* e de *advocacy*, com fatores de noticiabilidade. Um modelo de jornalismo cujo valor informativo pode não ser claramente explicitado, mas que na maioria das vezes está investido da condição de interesse público. (SANT'ANNA, 2009, p. 56).

Ou seja, buscam influenciar a esfera pública por meio da transmissão de ideias, valores e sentimentos que resulte em interferência na opinião pública (SANT'ANNA, 2009). São canais que abrem espaço “ao discurso e aos argumentos de segmentos habitualmente preteridos pela imprensa”, contribuindo para “criar mais espaço para a ação civil e para evitar que a esfera pública se restrinja a um corte” (SANT'ANNA, 2009, p. 23).

Para Matos (2015), as mídias em geral possuem a tarefa de oferecer aos cidadãos informações que contribuam para sua independência e capacidade de se autogovernar, atividade denominada jornalismo cívico ou jornalismo público. Segundo a autora,

a missão democrática reside no papel do jornalismo em oferecer informações criteriosas, verdadeiras, verificadas, de tal forma que o público construa percepções acerca da realidade em que vive e emita opiniões e preferências com influência sobre as decisões políticas”. (MATOS, 2015, p. 29).

Mas a mídia tradicional, ou seja, a mídia privada e comercial, ao concentrar seu foco na notícia como mercadoria, “afasta-se assim da lógica da oferta de informações para a formação de uma opinião pública fundamentada” (MATOS, 2015, p. 25) e não consegue realizar o jornalismo cívico esperado. Portanto, há uma deterioração qualitativa da mídia comercial que abre espaço para a mídia legislativa, a qual, segundo a autora, prioriza o seu comprometimento “com a democracia e a participação efetiva do cidadão nesse processo” (MATOS, 2015, p. 22).

Na mesma linha, Barros, Bernardes e Lemos (2008) afirmam que a motivação das emissoras legislativas não é econômica, “mas política, ancorada na disputa entre grupos de interesses, entidades e instituições por visibilidade social” (BARROS et al, 2008, p. 15). Ao contrário dos veículos comerciais, a divulgação feita pelo Legislativo não é fragmentada e episódica, ela é “sistemática e continuada de conteúdos sobre o mesmo tema, de modo contextualizado e detalhado, a fim de oferecer elementos para o cidadão receptor entender o processo legislativo e a conjuntura política, além do noticiário factual” (BARROS et al, 2008, p. 15).

Ao analisar as mídias legislativas, os autores apontam os critérios de noticiabilidade como fator principal nessa diferença entre o jornalismo público e o jornalismo comercial. Enquanto a mídia comercial privilegia “o inusitado, o pitoresco ou o denunciamento” ao divulgar os temas legislativos, os veículos da mídia legislativa, ainda que se pautem por critérios de noticiabilidade comuns à mídia comercial, possuem também os critérios que valorizam o caráter institucional.

Um exemplo disso é que a mídia privada costuma informar apenas as votações do plenário ou acontecimentos muito polêmicos — como as CPIs —, desconsiderando por muitas vezes as rotinas dos trabalhos das comissões e outros órgãos do Congresso. Já a mídia legislativa tem uma cobertura bem mais abrangente das atividades, divulgando “as deliberações da Mesa Diretora, das comissões permanentes, os pronunciamentos de líderes, os debates em Plenário e nas comissões técnicas, a exemplo de votação de projetos de leis, seminários e audiências públicas” (BARROS et al, 2008, p. 17).

Assim, enquanto a mídia privada informa apenas o resultado de algumas votações avaliadas como de grande impacto social, e concentra a cobertura do Parlamento nas disputas por maioria, os veículos institucionais transmitem informação a respeito de todo o processo de tramitação de um projeto de lei, por exemplo, desde a sua apresentação pelo parlamentar, passando pelas alterações realizadas por meio de emendas e substitutivos em cada uma das comissões onde a matéria é analisada, até a aprovação definitiva ou rejeição. Esse tipo de cobertura se apoia no princípio do jornalismo público (ou cívico) que busca a compreensão do cidadão, em vez da divulgação de fatos meramente pelo seu poder de vender notícia. (BARROS et al, 2008, p. 17).

Outra diferença nos critérios de noticiabilidade apontada pelos autores é o aprofundamento dos temas. Eles notam que, ao realizar a tematização, os veículos legislativos apresentam diferentes enquadramentos sobre o mesmo assunto, possibilitando múltiplas visões e discussões públicas. Isso não acontece na mídia comercial, que costuma polarizar os debates. Assim, a mídia legislativa reforça ainda mais seu papel como jornalismo cívico:

Ao evitar a polarização e a dicotomia dos debates públicos, os veículos de comunicação do Poder Legislativo se baseiam em outro princípio da comunicação pública e do jornalismo cívico, que é o de contribuir para a educação política do cidadão, ao oferecer instrumentos analíticos para que ele entenda o processo político/legislativo em sua complexidade e, com isso, torne-se um cidadão mais participativo e atuante na sociedade. (BARROS et al, 2008, p. 17).

Além disso, os autores destacam como diferença mais substantiva a variação da presença dos agentes políticos nas duas mídias. Enquanto nas emissoras comerciais “aparecem somente os

líderes dos partidos majoritários, o presidente da Casa e alguns parlamentares de destaque” (BARROS et al, 2008, p. 18), a mídia legislativa tem o objetivo de dar espaço para o maior número possível de parlamentares, garantindo a representação de correntes e opiniões diversificadas existentes no campo político.

Por vezes, esses objetivos são difíceis de cumprir e a mídia legislativa acaba também reproduzindo o *status quo* político, como veremos no Capítulo 3 na análise dos dados. Por falta de tempo ou espaço, é comum dar prioridade às falas dos líderes, o que não significa favorecimento deliberado, mas uma tentativa de aumentar a representatividade da opinião publicada. Quando não há muito espaço ou tempo, a opinião de um líder representa todo um partido.

As diversas vozes e opiniões dos parlamentares se originam do campo político, já que são pensadas e criadas dentro da Instituição política, mas possuem características do campo jornalístico. Desse modo, elas “poderiam ser vistas como uma das estratégias de adaptação dos políticos às regras dos jornalistas ou, em outros termos, como um campo intermediário entre os políticos e os jornalistas” (BERNARDES, 2013, p. 670).

A intermediação entre os políticos e os jornalistas se dá muitas vezes pela utilização que as mídias privadas fazem das mídias legislativas. Apesar de não ser controlada diretamente por empresas privadas, a mídia legislativa é utilizada por elas para a replicação das notícias, conforme confirma Sant’anna:

Estes produtos apresentam grande receptividade por parte da mídia tradicional, uma vez que eles apresentam temáticas e formatos ao agrado da imprensa, além, é claro, de serem gratuitos. Desta forma eles se adaptam perfeitamente às reduzidas estruturas das redações jornalísticas tradicionais. (SANT’ANNA, 2009, p. 18).

Por possuírem características semelhantes às da mídia comercial, as mídias legislativas são capazes de “interferir na imprensa tradicional no processo de construção da informação (*newsmaking*)” (SANT’ANNA, 2009, p. 19) ao serem replicadas. Assim, as mídias legislativas podem atuar na reconfiguração da relação entre campo midiático e campo político.

Vimos que a mídia legislativa exerce uma forma de comunicação mais direta com a sociedade sobre o que acontece nos espaços de poder, permitindo que os indivíduos entendam os processos que ocorrem ali dentro e como se dão os debates e as tomadas de decisões. Isso pode levar a um aumento de confiança, já que “confiar em instituições implica em saber que suas regras, valores e normas são compartilhados e obedecidos pelos seus operadores” (GOMES, 2010, p. 7).

E, ainda, a comunicação direta exercida pelos canais institucionais não sofre controle das empresas jornalísticas (JORGE, 2008).

Além disso, o jornalismo legislativo busca uma maior pluralidade de informações para que o máximo número possível de posicionamentos seja repassado aos cidadãos. Assim, obtendo informações mais diversificadas sobre a atuação na Câmara dos Deputados, o cidadão se torna mais apto a se posicionar em relação aos temas lá debatidos e a estabelecer uma conexão importante para a representação — já que “os princípios do governo representativo implicam que as preferências dos cidadãos devem ter alguma influência sobre as políticas” e que a representação também “implica que os governos sejam responsivos aos anseios dos representados” (MANIN, 2013, p. 127). Sendo assim,

não basta ao jornalismo oferecer uma boa informação segundo os critérios de certa assepsia para a construção de uma narrativa objetiva. Caberia ao jornalismo oferecer condições para a participação efetiva do cidadão na vida política democrática. (MATOS, 2015, p. 30).

A mídia legislativa apresenta mecanismos para que possa haver a comunicação inversa, ou seja, a informação das preferências do cidadão e uma tentativa de influência popular no processo. Especificamente na Câmara dos Deputados, podem ser utilizados, em complementariedade, outros mecanismos de comunicação. Destacamos aqui os canais de interatividade: Ouvidoria Parlamentar, Comissão de Legislação Participativa, Audiências Públicas, portal corporativo e e-Democracia, Disque-Câmara e as redes sociais da instituição (BARROS et al, 2015).

Apesar de não terem o alcance que hoje têm os meios de comunicação de massa, as mídias legislativas possuem um bom potencial para disputar o papel de mediação política na sociedade. Matos (2015) acredita na possibilidade dessa mediação do jornalismo público na perspectiva de uma construção de caminhos alternativos em favor da coesão social, oferecendo

esperanças de renovação para essa atividade e para restauração da vida política não à parte do Estado, mas em seu interior e ao seu redor, contribuindo para transformá-lo. Ele pode retomar a responsabilidade cívica original da atividade a favor da formação de comunidades de reconhecimento que se alimentam de informações e de debates e que se organizam para interpelar o Estado. (MATOS, 2015, p. 30).

Isso é possível principalmente se combinar a divulgação de informação com as respostas e demandas da sociedade, pois, como vimos, esses mecanismos que buscam aumentar a confiança dos cidadãos são essenciais para fortalecer a qualidade da democracia, já que

a falta de credibilidade ou legitimidade do Poder Legislativo prejudica o regime democrático, uma vez que o Parlamento é o órgão estatal responsável pela representação de minorias no Estado, pela expressão das opiniões existentes na sociedade e pela fiscalização do governo, especialmente do orçamento. (BARROS et al, 2015, p. 189).

Portanto, ao estabelecer um canal direto de comunicação com a sociedade e ao influenciar no processo de *newsmaking*, a mídia legislativa pode colaborar para uma nova configuração da realidade social, principalmente sobre o Legislativo. Assim, a mídia legislativa pode ser considerada uma nova forma de mediação do campo político com a sociedade, e deve ser avaliada com mais atenção pela Ciência Política.

2.3 Mídia e Gênero

Vimos no capítulo 1 como fatores históricos e sociais construíram uma sociedade estruturalmente desigual entre homens e mulheres, gerando a sub-representação feminina nos espaços de poder e realimentando essas injustiças, num processo prejudicial às democracias contemporâneas. E vimos neste capítulo 2 como os meios de comunicação são influentes nas percepções, opiniões e comportamentos da sociedade como um todo, mas principalmente na esfera política — criando uma relação de via dupla, em que o campo político e o midiático se inter-relacionam e se transformam mutuamente.

Relacionando esses dois temas — a sub-representação feminina e a relação da mídia com a política —, é possível examinar como os meios de comunicação retratam as mulheres e refletem essas desigualdades entre os gêneros, notadamente nos espaços políticos. Novamente utilizando o conceito de campo de Bourdieu, verifica-se que a posição das mulheres no campo político e o capital simbólico a elas disponível afetam sua representação na mídia e reforçam suas dificuldades em alcançar as posições centrais do campo político.

Isso ocorre porque, para atuar legitimamente no campo político, é necessário um capital simbólico específico, o capital político, que para Bourdieu é uma forma de valor fundada no

reconhecimento dentro do próprio campo e entre seus membros, que permite ao agente gerar efeitos nele. No caso das mulheres, ao entrar no campo político, espaço tradicionalmente masculino, elas ingressam com capital simbólico menos vantajoso. Ou seja, os recursos para progredir na carreira política são menores, devido às estruturas socialmente construídas e à circunscrição das mulheres à esfera privada. Assim, o capital político diferenciado as coloca em uma espécie de “inferioridade simbólica”, naturalizando a condição feminina e reproduzindo essas estruturas também na esfera política (BOURDIEU, 2003).

Os meios de comunicação são espaços privilegiados e centrais no debate público, considerados uma esfera de representação ao reproduzir e difundir as perspectivas e os discursos dos diferentes grupos em conflito na sociedade (MIGUEL; BIROLI, 2011). Ao reproduzir a atuação das mulheres no campo político, a mídia reforça e naturaliza a posição desprivilegiada delas, pois “a presença e as formas de inserção de cada ator nos diferentes campos sociais são ratificadas e mesmo dadas a conhecer, dependendo do campo e do segmento de público de que se trate, pela própria mídia” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 12-13). Além disso, “muitos estudos sugerem que o papel político da mídia de notícias está em ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos” (COOK, 2011, p. 205).

Em pesquisa sobre a mídia comercial, política e gênero, Miguel e Biroli (2011) analisaram como se dá essa relação. O estudo revelou que a mídia divulga uma visão comum da política, dando mais visibilidade àqueles que já a possuem e que são portadores de mais recursos (capital simbólico), ou seja, aparecem mais os homens brancos, com nível superior, ocupantes de cargos eletivos ou de confiança. Para os autores isso reforça as hierarquias de gênero, pois se apresenta como natural e não como um problema a ser discutido.

A pesquisa revela então que as mulheres aparecem mais como *objeto de que se fala* e não como sujeitos do discurso. Para os autores, a pouca presença de mulheres atrapalha a divulgação de perspectivas femininas, que poderiam “expor tensões, confrontos e dissonâncias que fazem parte das relações assimétricas entre homens e mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 25), combatendo essa naturalização das desigualdades de gênero.

Houve também uma constatação sobre a relação entre a presença de mulheres na política e determinadas áreas e temáticas de atuação. Como vimos anteriormente, ao identificar e afirmar o que é relevante para o campo político e também para a sociedade, a mídia tem um papel central na hierarquização desses espaços. Ela funciona como uma espécie de “*fiadora* da relevância das

temáticas, tanto nas disputas eleitorais quanto no cotidiano das interações entre os atores que participam do campo e entre esses atores e os cidadãos comuns” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 14).

Segundo os mesmos pesquisadores, essa questão traz dois problemas específicos. O primeiro deles é o fato de que os temas que possuem menos visibilidade na mídia política e que menos colaboram para a ascensão ao centro do campo político são as áreas consideradas próprias das mulheres: temas sociais, da família, crianças e adolescentes, meio ambiente, saúde etc. O segundo problema é que a divulgação e afirmação dos meios de comunicação sobre essa diferenciação temática “reproduz a dualidade entre o público e o privado que é responsável por muitas das desvantagens e obstáculos que as mulheres enfrentam para afirmar-se autonomamente e associar-se (...) a atividades e interesses variados” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 29).

Para Bourdieu, isso gera problemas na atuação das parlamentares:

De maneira mais geral, o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *double blind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação. (BOURDIEU, 2003, p. 84).

As mulheres atuam na política, portanto, com capital simbólico restrito e também com áreas temáticas restritas, chamadas *Soft Politics*, associadas a posições menos prestigiadas do campo político. Algumas tentam quebrar os estereótipos e as expectativas e se empoderar em outros âmbitos, mas esbarram nos julgamentos da mídia, dos partidos, o Estado e dos próprios eleitores, por tentar “masculinizar” seus comportamentos (MIGUEL; BIROLI, 2011).

No presente estudo, incluiremos a mídia legislativa nessa área de estudos sobre política, mídia e gênero. A análise separada dessa mídia se dá pelo fato de ela ter algumas características diversas da mídia privada, que envolvem tanto o campo político quanto o midiático, vistas anteriormente. Partindo do pressuposto que a mídia legislativa também disputa o papel de mediadora com a sociedade e possui, entre outros, o objetivo de ser mais plural, analisaremos no próximo capítulo como as mulheres são representadas nas notícias da Agência Câmara.

3 AS MULHERES NA MÍDIA LEGISLATIVA

3.1 Agência Câmara de Notícias

A Agência Câmara é um dos produtos da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (Secom) e foi criada em 27 de junho de 2000. A Secom é vinculada à mesa diretora da Casa e, à época, foram realizados concursos públicos para profissionais de jornalismo, publicidade e relações públicas para compor o setor (BARROS et al, 2008).

A criação dos serviços de jornalismo do Legislativo é baseada no princípio constitucional da publicidade na administração pública, em que os cidadãos têm direito de conhecer os atos e as decisões governamentais. Além disso, funda-se no “diagnóstico de que é dever da instituição complementar a atuação da imprensa na publicização das atividades parlamentares, buscando compensar deficiências percebidas na mídia privada, se entendida como instrumento da comunicação pública” (BARROS et al, 2008, p. 12).

A divulgação de informações do parlamento é imprescindível para aperfeiçoar a relação entre representantes e representados; sendo assim, a maior visibilidade dos acontecimentos no Legislativo aumenta a possibilidade de participação dos cidadãos, fortalecendo a representação política. (BARROS et al, 2008). A própria Secom coloca como sua missão

Informar todos os segmentos da população sobre as atividades legislativas e institucionais da Câmara dos Deputados e divulgar informações culturais e de utilidade pública — com autonomia, pluralidade, apartidarismo, ética, isenção e interatividade —, contribuindo para a transparência da instituição, a formação da cultura política e o pleno exercício da cidadania. (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Tradicionalmente, o comando da Secretaria de Comunicação era realizado por um servidor efetivo da Casa, indicado pelo Presidente. Recentemente, no mandato do Deputado Eduardo Cunha (2015/16), o cargo de secretário de Comunicação Social passou para as mãos de um parlamentar, também indicado pelo presidente, por meio da Resolução nº 4, de 2015, da Câmara dos Deputados, para um mandato de dois anos. Essa alteração mudou a estrutura e a dinâmica das mídias legislativas, mas o período não abarca o *corpus* desta pesquisa, portanto não será tratado neste trabalho.

3.2 Metodologia de Pesquisa

Para realização da pesquisa de natureza quantitativa deste trabalho, foram analisadas as notícias consolidadas da Agência Câmara – portal de notícias da Câmara dos Deputados – dos seguintes períodos: meses de maio de 2001, 2002, 2005, 2006, 2013 e 2014. Os anos foram determinados de acordo com a disponibilidade dos arquivos da Agência Câmara. Como o banco de dados da agência não possui notícias anteriores a 2000, foram selecionados os dois últimos anos do 2º mandato de FHC, os dois últimos anos do 1º mandato de Lula e o mesmo período do governo Dilma.

Como visto no capítulo anterior, a Agência Câmara foi escolhida porque realiza uma cobertura em tempo real dos acontecimentos, possui ampla divulgação das atividades da Casa (Plenário, Comissões, Frentes, Colégio de Líderes e outras atividades) e pela sua reprodução por grande parte da mídia privada.

O mês escolhido foi maio porque é o de maior atividade legislativa na Câmara dos Deputados, segundo dados dos Anuários Estatísticos de Atividade Legislativa/Processo Legislativo³, produzidos pela Casa. Os dias selecionados foram terças e quartas-feiras, uma vez que neles se concentram as sessões deliberativas no Plenário e as reuniões das Comissões.

A coleta de dados foi realizada por meio de leitura e fichamento de cada uma das notícias consolidadas (resultado final feito a partir dos *flashes*⁴ realizados durante a cobertura jornalística), bem como fichamento para cada personagem citada nas matérias do período. Posteriormente, os dados das fichas de leitura foram inseridos no software *Sphinx* para análise estatística.

3.2.1 Categorias Temáticas

As categorias temáticas das notícias seguiram a classificação desenvolvida por Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009), utilizadas de acordo com os principais temas políticos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Temas políticos separados por categorias

Hard Politics

Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países

³ Anuário Estatístico do Processo Legislativo 2005, 2006, 2007 e 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/anuario-estatistico-do-processo-legislativo>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

⁴ Flashes são as informações noticiadas em tempo real. “Tempo real não é sinônimo de notícia acabada, mas de nota: deve ser curto, conciso, com uma informação facilmente identificável” (ROEDEL, 2003, p. 20).

Defesa (segurança nacional) Reforma política e legislação eleitoral Administração pública e reforma do Estado Política brasileira Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica Política econômica e tributária Política industrial Política agrícola Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) Reforma agrária (e outras questões fundiárias) Questões internas do Congresso Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.) Economia em geral
<i>Soft Politics</i> Saúde pública e saneamento Habitação Direitos humanos Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome) Meio ambiente Educação Cultura e esporte Direitos do consumidor Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência
<i>Middle Politics</i> Emprego, trabalho e formação profissional Ciência e tecnologia Funcionalismo público Comunicação social Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados Previdência social Questões Irrelevantes e Outros Questões religiosas Homenagens e comemorações em geral Outros

Fonte: (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 208).

Para os autores, os temas mais privilegiados são aqueles enquadrados na categoria *Hard Politics*, em que se concentra o “núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia” (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 207). Portanto, esses temas possuem posição de destaque no ambiente legislativo e, conseqüentemente, dão mais visibilidade àqueles parlamentares que neles atuam. Estabelecendo um diálogo com o conceito de Campo Político de Bourdieu visto no capítulo anterior, podemos atribuir uma maior possibilidade de alcançar o centro do campo para os deputados que se apropriam desses temas, dando destaque e status a esses atores.

Em contrapartida, os temas de *Soft Politics* são os que possuem posição de menos destaque, ligados a questões da área social e do cuidado, como Direitos Humanos e Saúde. *Middle Politics* abrange os temas que não se encaixam nem em uma categoria nem em outra, ou aquelas que permitem “abordagens mistas, como Previdência Social, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas” (MIGUEL e FEITOSA, 2009, p. 207).

A escolha dessa categorização se deve ao fato de que os discursos parlamentares analisados por Miguel e Feitosa (2009) se assemelham mais aos temas das notícias da Agência Câmara. São assuntos mais recorrentes na Câmara dos Deputados do que os temas utilizados, por exemplo, em pesquisas sobre a mídia tradicional, em que as categorizações envolvem políticas de outros poderes, temas regionais e municipais (como desastres naturais ou previsão do tempo) e até mesmo as notícias policiais. A Agência Câmara também possui uma divisão de categorias própria para apresentar as matérias, mas ela é incompleta e não está presente em todas as notícias publicadas desde 2001, tornando inviável sua utilização.

Como qualquer categorização disponível, podem existir divergências em alguns temas quanto à sua classificação em *Hard, Middle e Soft Politics*, e, ainda, questionamentos sobre se essa divisão é a mais adequada quando se trata de temas políticos. Além disso, a subcategorização de temas *Middle* em “questões irrelevantes” pode não mais se aplicar. As questões religiosas, por exemplo, ganharam destaque no parlamento por causa da forte atuação da bancada evangélica, o que não justifica tratá-la como irrelevante. Apesar de não considerarmos nenhum tema como irrelevante, esses assuntos foram mantidos na categoria *Middle*, descartando apenas sua subclassificação “questões irrelevantes”.

Portanto, apesar de não existir total consenso na academia quanto à classificação estabelecida, entre as opções disponíveis essa foi considerada mais adequada às análises deste estudo.

3.3 Análise dos Dados

3.3.1 Notícias

Foram analisadas todas as notícias consolidadas publicadas nas terças e quartas-feiras dos meses de maio dos anos selecionados, conforme a distribuição da tabela 1.

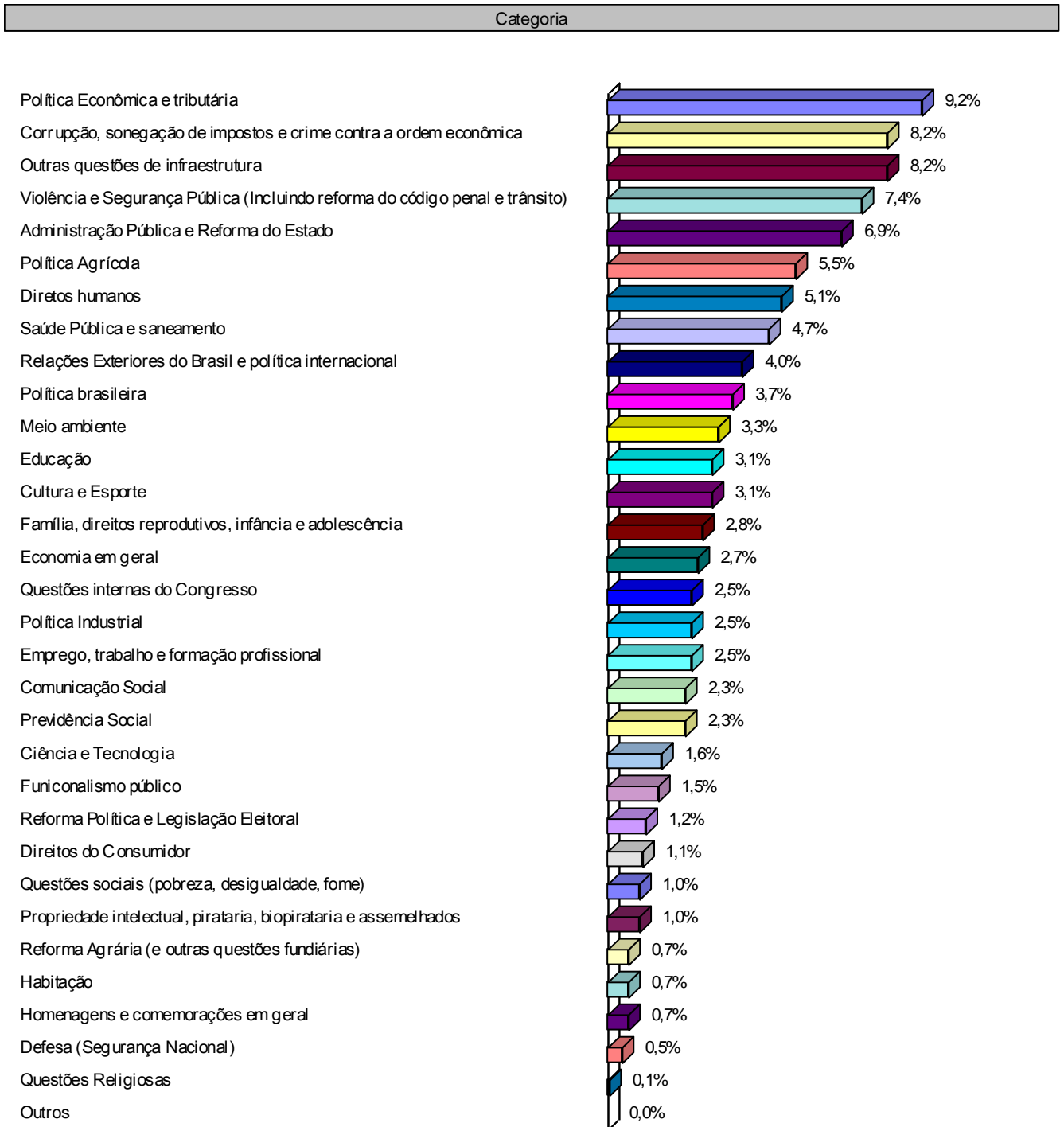
Tabela 1 – Distribuição das notícias por ano

Ano	Freq.	%
2001	89	8,7%
2002	119	11,6%
2005	184	17,9%
2006	222	21,6%
2013	175	17,1%
2014	237	23,1%
TOTAL OBS.	1026	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

A coleta de dados resultou em um total de 1026 notícias e 3772 personagens. Algumas notícias possuem mais de uma categoria, já que uma mesma reportagem pode tratar de diversas proposições e assuntos. No total, em 1026 observações, foram classificadas 1035 categorias temáticas, distribuídas conforme o gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição das notícias nos Temas Políticos



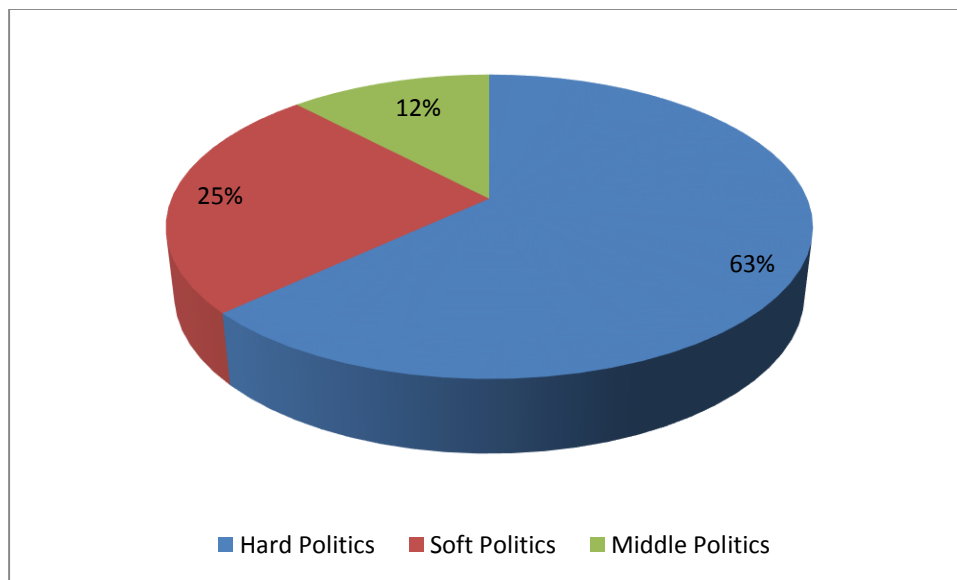
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=1035).

O gráfico 1 mostra que os temas mais noticiados no período analisado foram: Política Econômica Tributária (9,2%), Corrupção, sonegação de impostos e crime contra a ordem econômica (8,2%), Questões de Infraestrutura (8,2%) e Violência e Segurança Pública (7,4%).

As categorias temáticas com menos notícias foram: Reforma Agrária, Habitação, Homenagens e comemorações em geral (0,7%), Defesa (0,5%) e Questões Religiosas (0,1%). Nenhuma notícia nessa amostra foi categorizada como “outros”. É importante ressaltar que a única notícia categorizada em “Questões Religiosas” foi uma matéria que tratava de proposição legislativa objetivando proibir concursos públicos aos sábados. Matérias polêmicas para os grupos religiosos como aborto, união e adoção homoafetiva foram categorizados em “Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência.

Separando as notícias nas categorias temáticas *Hard*, *Soft* e *Middle Politics*, verificamos que a maior parte das notícias é de *Hard Politics*, com 63%, seguido por *Soft* com 25%, e a categoria com menos notícias é a *Middle* (12%) como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição das notícias nas Categorias Temáticas



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados.

Na categoria *Soft Politics*, o tema mais mencionado foi o de Direitos Humanos com 20,3% das notícias de *Soft*. Em *Middle Politics*, o tema que mais aparece é Emprego, Trabalho e formação profissional, também com 20,3% das notícias de sua categoria.

A prevalência de matérias *Hard Politics* sobre as matérias de *Soft* e *Middle Politics* se mantiveram ao longo de todos os períodos analisados, como vemos na tabela 2.

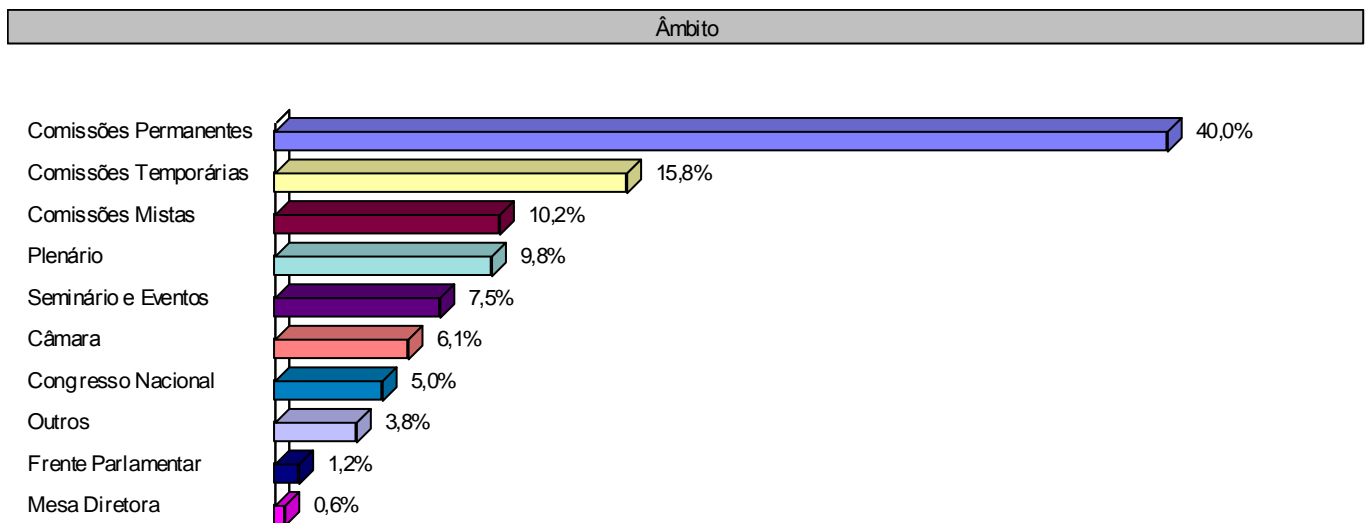
Tabela 2: Distribuição das Categorias Temáticas por Ano.

Categoria/Ano	2001	2002	2005	2006	2013	2014	TOTAL
Hard Politics	61,8%	68,9%	62,5%	59,0%	61,5%	65,8%	63,0%
Soft Politics	31,5%	19,3%	25,5%	24,3%	25,1%	24,9%	25,0%
Middle Politics	6,7%	11,8%	12,0%	16,7%	13,4%	9,3%	12,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Também foi observado a qual âmbito da Casa a notícia se referia. As Comissões foram as que tiveram maior cobertura, com o total de 66% das matérias: Comissões Permanentes (40%), Comissões Temporárias (15,8%), Comissões Mistas (10,2%). Em seguida, Plenário com 9,8% e Seminários e Eventos com 7,5%.

Gráfico 3 – Distribuição das notícias nos âmbitos da Câmara



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Esses dados confirmam um dos objetivos da criação da Agência Câmara, que é dar maior cobertura às atividades legislativas das Comissões, já que “recebem escassa cobertura da mídia em geral, não obstante sejam uma das instâncias mais importantes de produção da Casa” (SECOM, 2003, p. 12). Nessa amostra, 13 matérias com conteúdo de gênero foram noticiadas na Agência Câmara no período analisado, representando 1,3% do total das notícias, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Notícias com questões de gênero

Gênero	Freq.	%
Sim	13	1,3%
Não	1013	98,7%
TOTAL CIT.	1026	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Foram consideradas notícias com questões de gênero aquelas que tratassem de temas relativos à igualdade e desigualdade de gênero (diferenças de salário, tratamento no mercado de trabalho, violência doméstica etc.); aquelas que tratassem da ampliação e manutenção dos direitos das mulheres (cotas eleitorais, licença maternidade etc.); e aquelas referentes a assuntos ligados às singularidades femininas (saúde das mulheres, como câncer de útero, de mama e outros assuntos). Elas foram registradas nos seguintes temas: 4 notícias em Saúde Pública e Saneamento, 3 em Previdência Social, 2 em Emprego, Trabalho e Formação Profissional, 1 em Reforma Agrária, 1 em Família, Direitos Reprodutivos, Infância e Adolescência, 1 em Direitos Humanos e 1 em Ciência e Tecnologia. Portanto, envolvendo os 3 tipos de categorias temáticas: *Soft Politics*, *Middle Politics* e *Hard Politics*. Em relação às personagens, no total foram 29 homens e 28 mulheres, sendo 20 deputadas e 16 deputados.

Podemos destacar três aspectos importantes nessa análise geral sobre as notícias. O primeiro deles é que os assuntos considerados *Hard Politics* são realmente os temas mais divulgados e noticiados pela Agência Câmara, seguindo a tendência da mídia privada demonstrada em alguns estudos, como a pesquisa de Miguel e Biroli (2011). Disso, pode-se confirmar que são os temas mais valorizados no campo político e no campo midiático, possibilitando a produção de mais capital político para os parlamentares que atuam nessas áreas.

O segundo aspecto é a constatação de que a Agência Câmara divulga a atuação parlamentar de maneira diferenciada da mídia privada ao dar mais espaço aos debates e votações que ocorrem nas comissões. Esse foco contribui com um dos objetivos propostos na criação das mídias legislativas, que é o de compensar as deficiências da mídia privada na divulgação das atividades parlamentares.

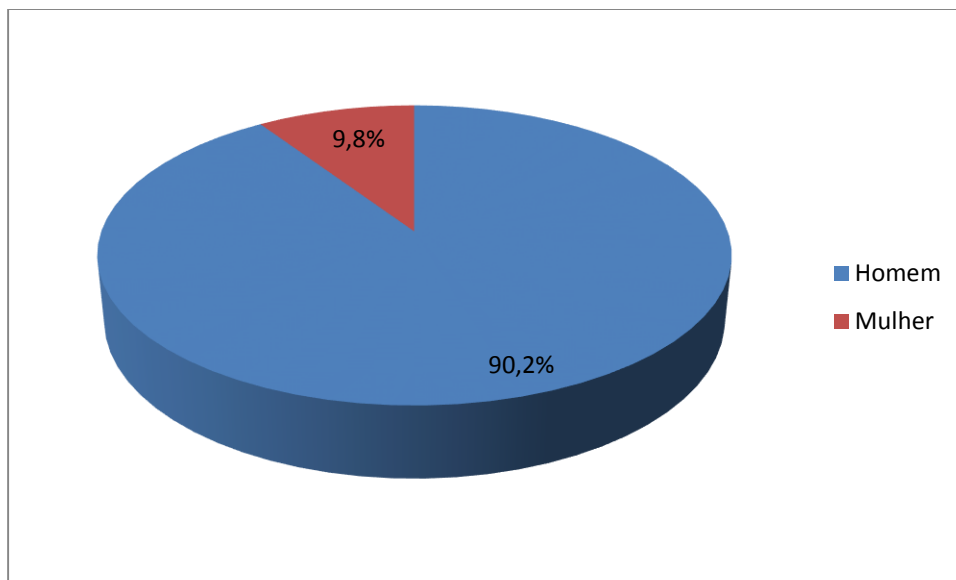
O último aspecto relevante é que a atuação parlamentar nas questões de gênero não se restringe apenas às categorias *Soft Politics*, predominantemente reconhecidas como femininas. A atuação em defesa da igualdade de gênero e pela manutenção e ampliação dos direitos das mulheres podem estar distribuídas nas 3 categorias temáticas e em temas políticos diversos.

3.3.2 Personagens

Foram identificadas 3.772 personagens nas 1.026 notícias analisadas. Desse total, 61,5% são membros do Congresso Nacional, sendo: 224 senadores e 2.098 deputados federais. Ou seja, 55,6% de todas as personagens presentes nas matérias do período são dos principais agentes políticos da Casa, os(as) deputados(as) federais.

O total de mulheres entre todas as personagens é de 12,7%. Quando a amostra passa a ser apenas de deputados(as) federais, a proporção diminui para 9,8%, como ilustra o gráfico 4. Essa proporção é similar à sua presença atual na Câmara dos Deputados que, no início da 55ª legislatura (2015), era de 9,9%.

Gráfico 4 – Presença das deputadas federais nas notícias



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Porém, analisando a presença de deputadas e deputados nos anos analisados, percebemos que essa distribuição não é regular nas notícias de todos os períodos, como veremos na tabela 4.

Tabela 4: Distribuição de deputados(as) federais por ano

Ano/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
2001	91,9%	8,1%	100%

2002	94,2%	5,8%	100%
2005	87,7%	12,3%	100%
2006	88,1%	11,9%	100%
2013	94,0%	6,0%	100%
2014	88,9%	11,1%	100%
TOTAL	90,2%	9,8%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (2098)

Em 1998 tivemos a eleição de 29 deputadas federais, o que corresponde a 5,7% da composição da Câmara dos Deputados. Tendo esse número como referência para os anos 2001 e 2002, podemos perceber na tabela 4 que o ano de 2001 teve a presença de deputadas federais acima da sua composição na Casa, e que o ano de 2002 teve uma divulgação da atuação parlamentar feminina na proporção de sua presença. Na eleição seguinte para a Câmara, foram eleitas 42 deputadas, correspondendo a 8,2% da composição da Casa para o período de 2003 a 2006. Notamos que em 2005 e 2006 a divulgação das parlamentares foi acima da frequência esperada para sua presença na casa, com 12,3% e 11,9%, respectivamente, de personagens femininas nas notícias da Agência Câmara.

Nas eleições de 2010, as mulheres alcançaram 45 cadeiras na Câmara dos Deputados, correspondendo a 8,8% de sua composição. As notícias de 2013 revelam a baixa presença das deputadas nas divulgações das atividades parlamentares pela Agência Câmara, com apenas 6% de aparições. Já o ano de 2014 revela uma divulgação proporcionalmente maior para as atuações das deputadas federais.

Em relação à temática, homens e mulheres aparecem de maneira diferente nas categorias das notícias, eles têm maior presença nos temas de *Hard Politics* (66,7%) e elas em temas de *Soft Politics* (47,9%), conforme tabela 5:

Tabela 5 – Distribuição de Homens e Mulheres nas Categorias Temáticas

Categoria/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Hard Politics	66,7%	39,5%	63%
Soft Politics	21,7%	47,9%*	25%
Middle Politics	11,6%	12,6%	12%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=3772).

* A dependência é muito significativa. Qui2 = 160,43, gl = 2, 1-p = >99,99%. As células marcadas em azul são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica.

Realizados os testes estatísticos para as variáveis da tabela 5, verificamos que o valor correspondente a presença das mulheres nos temas de *Soft Politics* é superior à distribuição esperada, com 47,9% de presença de mulheres em assuntos dessa categoria temática.

Considerando apenas o total de deputados(as) federais do período analisado, temos uma ampliação dessa diferença temática: os homens passam para 70,3% de presença em *Hard Politics* e as mulheres passam para 51% de presença em *Soft Politics*, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição dos(as) deputados(as) nas Categorias Temáticas

Categoria/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Hard Politics	70,3%	33,0%	66,7%
Soft Politics	19,1%	51,0%	22,3%
Middle Politics	10,6%	16,0%	11,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=2098).

* A dependência é muito significativa. Qui2 = 126,57, gl = 2, 1-p = >99,99%. As células marcadas em azul são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica. As células marcadas em rosa são aquelas para as quais a frequência real é claramente inferior à frequência teórica.

Os testes estatísticos da Tabela 6 revelam que ao reduzir a amostra apenas para deputados(as), as mulheres reduziram sua presença para 33% de aparições em temas de *Hard Politics*, indicando uma distribuição muito abaixo da frequência esperada.

A partir dos dados, podemos inferir que as atuações nos temas de maior visibilidade no campo político já são predominantemente masculinas, e isso se intensifica quando se trata da performance dos agentes políticos, que se interessam ainda mais pela ocupação desses espaços de poder.

Verifica-se também a disputa pelos espaços de poder quando analisada a atuação nos âmbitos. O Plenário, mais disputado por ter mais visibilidade na mídia tradicional, possui quase o dobro de cobertura para os homens do que para as mulheres, considerando a proporcionalidade da presença deles na Casa, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição de deputados(as) nos âmbitos da Casa

Âmbito/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Plenário	14,3%	7,3%	13,6%
Comissões Permanentes	40,3%	58,0%*	42,0%
Comissões Temporárias	16,3%	18,5%	16,5%
Comissões Mistas	10,6%	2,0%*	9,7%
Mesa Diretora	0,8%	0,0%	0,8%
Frentes Parlamentares	0,8%	1,5%	0,9%
Seminários e Eventos	5,0%	5,4%	5,1%
Câmara	5,8%	2,4%	5,4%
Congresso Nacional	2,7%	2,0%	2,7%
Outros	3,4%	2,9%	3,4%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=2098)

*A dependência é muito significativa. $\text{Qui}^2 = 42,18$, $\text{gl} = 9$, $1-p = >99,99\%$.

As células marcadas em azul são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica.

As células marcadas em rosa são aquelas para as quais a frequência real é claramente inferior à frequência teórica.

Ainda analisando os dados da Tabela 7, verificamos que, seguindo a proporção das notícias, as Comissões também concentram o maior número de personagens, com 68,2% do total. Comparativamente, as mulheres aparecem mais nas matérias sobre Comissões Permanentes (58%), nas quais todos os parlamentares possuem direito à vaga, do que os homens (40,3%). Já nas Comissões Mistas (Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, Comissão Mista de Orçamentos etc.) e nas Comissões Temporárias (Especiais, Externas e Parlamentares de Inquérito) que são, habitualmente, comissões de grande relevo nos trabalhos legislativos, os deputados estão mais representados do que as deputadas. Com destaque para as Comissões Mistas em que eles aparecem em 10,6% das notícias e elas apenas em 2%.

Alguns aspectos podem ser destacados a partir dos dados apresentados sobre as personagens. O primeiro é que a presença das deputadas nas notícias varia de acordo com os anos e nem sempre corresponde a sua presença na Casa. Inclusive, na maior parte das vezes, sua divulgação foi maior do que o número de deputadas eleitas para o período. Esse dado pode indicar um ponto positivo para o papel das mídias legislativas e seu crescente desenvolvimento.

O segundo é a distribuição dos dados em relação às categorias temáticas. As mulheres estão sempre mais presentes nos assuntos de *Soft Politics*, mas isso se agrava em relação às deputadas

federais, que estão presentes nas notícias *Softs* com um valor estatisticamente significativo para sua proporção.

Outro aspecto é a visibilidade dada às Comissões na Agência Câmara. Além de noticiar os acontecimentos da Casa que não aparecem na mídia privada, a divulgação das atividades das Comissões pode valorizar a divulgação das ações parlamentares das mulheres, já que todas possuem o direito de compor como membro titular ao menos uma Comissão Permanente.

Por outro lado, verificamos que a presença de mulheres é escassa nas Comissões Mistas. Essas comissões seguem uma lógica diferente, não há obrigatoriedade de participação de todos os parlamentares e seus membros são selecionados a critério dos líderes. Além disso, possuem temas geralmente mais relevantes ao campo político e acabam ganhando também mais visibilidade na mídia privada. Por esses motivos torna-se difícil o acesso de mulheres às vagas de Comissões Mistas e Temporárias.

3.3.3 Cargos e Vozes

Na amostra de deputadas e deputados Federais (n=2098), as personagens que mais apareceram, conforme Tabela 8, foram: o Presidente da Câmara em 2013 e 2014, Henrique Eduardo Alves, com 59 observações; o Presidente da Câmara em 2005 e 2006, Aldo Rebelo, com 31 observações; o líder do governo, Arlindo Chinaglia, com 26 observações; o Presidente da Câmara em 2005, Severino Cavalcanti, com 23 observações; e os demais deputados que ocuparam cargos diversos como líderes, relatores e autores de proposições.

Tabela 8 – Distribuição dos deputados(as) pela quantidade de citações

Nome	Observações	Frequência
Henrique Eduardo Alves	59	2,8%
Aldo Rebelo	31	1,5%
Arlindo Chinaglia	26	1,2%
Severino Cavalcanti	23	1,1%
Moroni Torgan	22	1,0%
Gilmar Machado	19	0,9%
Aécio Neves	18	0,9%
Ronaldo Caiado	18	0,9%
Eduardo Cunha	17	0,8%
Laura Carneiro	17	0,8%

Outros	1848	88,1%
TOTAL	2098	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Vemos que a presença de uma mulher na lista dos(as) deputados(as) com mais divulgação na Agência Câmara se dá na 10^a posição, com 17 citações. Na Tabela 9 podemos ver a distribuição apenas das deputadas.

Tabela 9: Distribuição de deputadas pela quantidade de citações

Nome	Observações	Frequência
Laura Carneiro	17	8,3%
Jandira Feghali	11	5,4%
Luiza Erundina	11	5,4%
Fátima Bezerra	9	4,4%
Maria do Rosário	8	3,9%
Zulaiê Cobra	6	2,9%
Alice Portugal	5	2,4%
Ann Pontes	5	2,4%
Sandra Rosado	5	2,4%
Teté Bezerra	5	2,4%
Outros	123	60,0%
TOTAL	205	100,0%

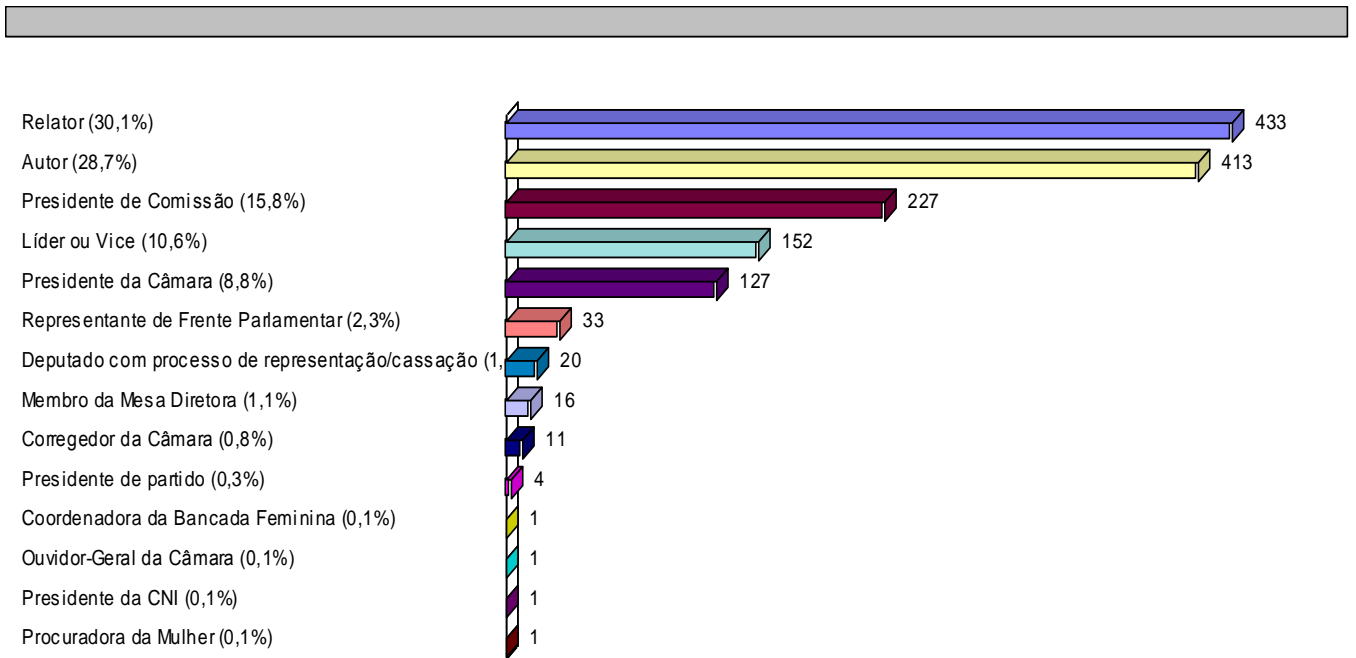
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Vemos que as mulheres são citadas 205 vezes, correspondendo a 9,8% do valor total (2098). 2098 é o valor total de presença de personagens nos dados, mas a quantidade de valores diferentes, ou seja, personagens diferentes, é de 700. Assim, a quantidade de deputados(as) que tiveram seus nomes citados em matérias da Agência Câmara durante o período analisado é 700. Desse total, 74 são mulheres, ou seja, 10,6% de deputadas.

Outra variável utilizada para avaliar o espaço dado aos parlamentares nas notícias foram os cargos que eles ocupam na estrutura da Câmara. Das 2098 entradas de personagens, 658 não foram relacionadas a nenhum cargo específico. Das 1440 observações com identificação de cargos, podemos observar, no Gráfico 5, que aquele com maior presença nas notícias é o de relator — de proposições, de comissões mistas, de comissões temporárias, de orçamento ou de processo no

Conselho de Ética — com 433 observações (30,1%). Em segundo lugar aparecem os autores de proposições (incluindo requerimentos e emendas), com 28,7% das notícias.

Gráfico 5 – Frequência dos Cargos nas notícias



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Das 1440 aparições de personagens com cargos, 132 foram de mulheres (9,2%). A Tabela 10 revela a distribuição dos cargos com os percentuais em linhas para facilitar a compreensão dos dados.

Tabela 10: Distribuição de cargos de acordo com o sexo

Cargos resumidos/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Relator	90,1%	9,9%	100%
Autor	84,3%	15,7%*	100%
Presidente de Comissão	94,3%	5,7%	100%
Líder ou Vice	98,7%	1,3%*	100%
Presidente da Câmara	100%	0,0%	100%
Coordenador ou Representante de Frente Parlamentar	87,9%	12,1%	100%
Deputado com processo de representação/cassação	85,0%	15,0%	100%
Membro da Mesa Diretora	100%	0,0%	100%
Corregedor da Câmara	100%	0,0%	100%

Presidente de partido	100%	0,0%	100%
Coordenadora da Bancada Feminina	0,0%	100%	100%
Ouvidor-Geral da Câmara	100%	0,0%	100%
Presidente da CNI	100%	0,0%	100%
Procuradora da Mulher	0,0%	100%	100%
TOTAL	90,8%	9,2%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=1440)

*A dependência é muito significativa. $\text{Qui}^2 = 73,33$, $\text{gl} = 13$, $1-p = >99,99\%$. As células marcadas em azul são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica. As células marcadas em rosa são aquelas para as quais a frequência real é claramente inferior à frequência teórica.

Pode-se observar que em relação aos cargos com maior presença nas notícias, relator e autor de proposições, a presença das mulheres em relação aos homens se dá de maneira distinta. A presença de personagens mulheres como reladoras de proposições corresponde a 9,9% do total de relatores, número próximo à sua presença nas notícias. Já em relação a autoria de proposições, elas representam 15,7% do total de relatores, valor estatisticamente significativo em relação aos demais. Cabe ressaltar que a designação para cargo de relator(a) de uma matéria cabe exclusivamente ao Presidente da Comissão ou ao Presidente da Câmara, enquanto a autoria é de livre iniciativa de qualquer parlamentar, não dependendo da vontade de qualquer outro ator político.

Em relação às vozes dadas às personagens nas matérias, foram considerados os tipos de falas e a quantidade de caracteres. Os tipos de falas foram separados da seguinte maneira:

- Mencionado na matéria: o nome da personagem é mencionado na matéria, mas não há citação direta ou indireta sobre suas manifestações.
- Mencionado por outra personagem: o nome é mencionado por outra personagem, mas não há citação direta ou indireta sobre suas manifestações.
- Citação indireta: a notícia expressa a posição ou opinião da personagem de forma indireta.
- Aspas com posição: a fala da personagem é predominantemente sobre seu posicionamento em relação a um assunto ou proposição.
- Aspas com argumento: a fala da personagem é predominantemente sobre argumentos em relação a sua posição sobre um assunto ou proposição.
- Aspas técnicas ou descritivas: a fala da personagem é de caráter explicativo sem manifestar seu posicionamento sobre um assunto ou proposição.
- Aspas irrelevantes: a fala da personagem não é explicativa e nem manifesta posição sobre o assunto ou proposição tratada na matéria.

Na amostra total de personagens, ambos os sexos possuem mais aspas com argumento. Os homens na frente, com 41,9%, e as mulheres com 41,1%, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição dos personagens por sexo e tipo de citação

Citação/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Mencionado na matéria	41,9%	41,1%	41,8%
Mencionado por outra personagem	0,7%	1,0%	0,8%
Citação indireta	15,7%	16,3%	15,7%
Aspas com posição	7,8%	7,7%	7,8%
Aspas com argumento	32,7%	33,2%	32,8%
Aspas técnico/descritivo	1,1%	0,6%	1,1%
Aspas irrelevante	0,1%	0,0%	0,1%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=3772)

Quando avaliadas apenas as falas de deputados(as) federais (Tabela 12), percebemos que as mulheres superam um pouco os homens nas reportagens em que são apenas “mencionadas na matéria”. Elas aparecem com 43,4% e os homens com 41,6%. Acentua-se levemente também a diferença nas “aspas com argumento”. As mulheres caem de 33,2% para 31,7% quando se trata de deputadas e os homens sobem de 32,7% para 33,9%, conforme a Tabela 12. De acordo com os testes estatísticos essas frequências não demonstraram relevância significativa.

Tabela 12 – Distribuição dos(as) deputados(as) por sexo e tipo de citação

Citação/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Mencionado na matéria	41,6%	43,4%	41,8%
Mencionado por outra personagem	0,2%	0,0%	0,1%
Citação indireta	13,9%	15,1%	14,1%
Aspas com posição	10,2%	9,8%	10,2%
Aspas com argumento	33,9%	31,7%	33,7%
Aspas técnico/descritivo	0,2%	0,0%	0,1%
Aspas irrelevante	0,1%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados (n=2098)

Em relação à quantidade de caracteres nas aspas, a média total foi de 229,70. Sendo que os homens tiveram uma média de 226,97 caracteres por personagem e as mulheres 248,58 por

personagem. Portanto, a maior parte das falas se concentra na faixa de menos de 200 caracteres (54,3%) e de 200 a 300 caracteres (22,3%), conforma Tabela 13. As mulheres possuem, proporcionalmente, mais personagens na primeira faixa (55,8%) do que os homens (54,1%).

Tabela 13 – Distribuição das personagens por sexo e quantidade de caracteres

Caracteres/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Menos de 200	54,1%	55,8%	54,3%
De 200 a 300	22,6%	20,1%	22,3%
De 300 a 450	15,0%	15,1%	15,0%
De 450 a 600	5,3%	4,0%	5,1%
De 600 a 750	1,6%	1,0%	1,5%
De 750 a 900	0,7%	1,5%	0,8%
De 900 a 1050	0,1%	0,5%	0,2%
1050 e mais	0,5%	2,0%	0,7%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Quando analisada a amostra apenas de deputados(as) federais, acentua-se a diferença na distribuição das falas. A média total passa a ser 218,33 caracteres e os homens (218,79) passam a ter média de caracteres maior que das mulheres (213,8). As mulheres aumentam para 62,4% suas aspas na faixa de menos de 200 caracteres e diminuem de 20,1% para 16,5% na faixa de 200 a 300 caracteres.

Tabela 14 – Distribuição dos(as) deputados(as) por sexo e quantidade de caracteres

Caracteres/Sexo	Homem	Mulher	TOTAL
Menos de 200	54,3%	62,4%	55,0%
De 200 a 300	24,1%	16,5%	23,4%
De 300 a 450	14,0%	12,9%	13,9%
De 450 a 600	5,4%	5,9%	5,4%
De 600 a 750	1,3%	1,2%	1,3%
De 750 a 900	0,6%	1,2%	0,7%
De 900 a 1050	0,1%	0,0%	0,1%
1050 e mais	0,2%	0,0%	0,2%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados

Apesar de os testes estatísticos revelarem que essas frequências não demonstraram relevância significativa, a mudança na média dos caracteres nos demonstra que as mulheres possuem menos voz quando estão na condição de deputadas.

3.4 Conclusões

Vimos que a maior parte do noticiário da Agência Câmara é ocupada pelos temas de *Hard Politics*, categoria que é associada aos temas de maior visibilidade, influência e, portanto, maior poder no campo político. Como os homens são as personagens predominantes das matérias dessas categorias - mesmo levando em conta a proporcionalidade - também conseguem mais visibilidade na sociedade e na mídia privada, já que esta última reproduz muito do conteúdo publicado pela Agência.

Os âmbitos mais divulgados pela Agência são as Comissões, fazendo um contraponto à mídia privada, que frequentemente dá preferência ao que acontece em Plenário. As Comissões são os espaços onde as deputadas possuem uma porcentagem maior que os deputados nos noticiários, o que pode ser um elemento que compensa a desvantagem proporcional das mulheres em relação aos temas.

Ainda considerando a proporção entre homens e mulheres, os espaços dados aos parlamentares no noticiário em razão dos cargos que ocupam e a quantidade de menções às falas também se aproximaram da proporcionalidade existente entre homens e mulheres na Câmara. Já a quantidade de caracteres mostrou uma leve desvantagem para as deputadas em relação aos deputados.

Sendo assim, nas notícias da Agência Câmara as deputadas possuem espaço para falar quase tantas vezes quanto os deputados, mas podem falar um pouco menos por vez. Além disso, suas falas são, predominantemente, em temas ligados a *Soft Politics*, assuntos reconhecidamente “femininos” e com menos chance de acesso ao centro do campo e, portanto, aos espaços principais de tomada de decisão.

Os dados apresentados confirmam que os homens possuem mais acesso e permanência no centro do campo político devido às escolhas temáticas, compondo assim grande parte dos tomadores de decisões nesse espaço. Mas também podemos inferir que esse posicionamento é mantido pela sua consequente visibilidade na mídia. Ou seja, a presença de homens nos assuntos

políticos de mais interesse para esse campo é uma vantagem para eles tanto no campo político quanto no campo midiático, já que um interage com o outro.

Podemos concluir que as mulheres, além de estarem numericamente em desvantagem na representação política, ainda possuem outras barreiras a serem superadas. Enquanto elas permanecem em temas que não possuem a relevância necessária para o cenário político e para os meios de comunicação, elas se mantêm longe dos espaços mais importantes de poder e de protagonismo das ações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sub-representação feminina verificada não só no Brasil, mas em diversos países, revela que este é um problema a ser enfrentado pelas democracias contemporâneas. São diversos os fatores que ocasionam e que mantêm a desigualdade de gênero nas esferas representativas, os históricos e sociais foram os que se destacaram neste trabalho.

Além das demandas dos movimentos sociais, vimos que as teorias da representação demonstram e reforçam a importância de se incluir grupos politicamente minoritários e excluídos nos espaços de poder e tomada de decisão. Seja pela importância de se compor as esferas representativas com uma proporção mais igualitária ao que se vê na sociedade em geral, como preconizam os defensores da representação descritiva; seja pela crença de que a política de presença não é suficiente se estiver desconectada de uma política de interesses, como afirma Philips (2001).

Mas a linha que consideramos mais completa é a da perspectiva social, de Young (2006). Ela afirma que a ampliação da representação das mulheres deve ocorrer porque membros de grupos diferentemente posicionados nas estruturas da sociedade possuem perspectivas distintas a respeito do mundo social, consequência de suas experiências, histórias e realidades. Assim, ao defender que uma representação mais justa deve refletir a pluralidade de ideias e posicionamentos da sociedade, vê-se a necessidade de ampliar a participação das mulheres na política, pois suas compreensões diferenciadas sobre os conflitos e possíveis soluções podem contribuir não só para o aprofundamento dos seus direitos e interesses, mas para a qualidade da democracia como um todo.

No entanto, vimos que a luta por maior representatividade feminina na política esbarra em muitas limitações de acesso das mulheres aos espaços de poder e tomada de decisão. Os entraves para uma maior representação residem principalmente nos aspectos estruturais apontados. O pensamento fundado no patriarcalismo construiu uma estrutura social permeada por desigualdades de gênero. Os papéis atribuídos às mulheres e aos homens foram determinados por padrões de dominação masculina, em que as mulheres são colocadas em situações de subordinação.

A diferenciação entre o feminino e o masculino, passa, portanto, pela compreensão dos papéis de gênero socialmente construídos. Destacamos as implicações que esses papéis trouxeram principalmente na divisão entre a esfera pública e a privada. Essa dicotomia foi fundamental para a determinação do espaço da mulher como sendo o doméstico, com tarefas ligadas ao cuidado com a casa, com as crianças e os doentes (PATEMAN, 1989, 1993; OKIN, 2008). Fator que ainda

reflete na sua atuação no campo político, pois, quando conseguem se eleger, se envolvem predominantemente em questões ligadas ao cuidado e questões sociais.

Essa configuração influencia a dinâmica interna do campo político, pois esses temas são considerados menos importantes, limitando a atuação das mulheres nas esferas representativas, impedindo o acúmulo de mais capital político e, portanto, dificultando o acesso a cargos de maior influência e decisão (BOURDIEU, 2003; MIGUEL; BIROLI, 2011).

Assim, a estrutura social construída por critérios masculinos, afeta diversos campos em diferentes níveis. Vimos que o campo midiático, um dos principais mediadores da esfera política com a sociedade, é um dos que colabora com a perpetuação dos estereótipos e papéis de gênero. A mídia legislativa, objeto de estudo deste trabalho, mostrou suas singularidades, mas também se apresentou como uma fonte de reprodução das estruturas sociais.

Entendendo a mídia como uma instituição e como um campo social, percebe-se que ela possui algumas características das instituições políticas, como normas, rotinas e critérios próprios, regulando como seus membros devem atuar (COOK, 2011). Essa dinâmica gera impactos na realidade social e nos resultados políticos, já que o campo midiático interage com o campo político, se influenciando mutuamente (COOK, 2011; BOURDIEU, 1989).

Ao produzir as notícias, a mídia, através do “*newsmaking*”, utiliza elementos específicos de seu campo, como o valor-notícia, o enquadramento e o agendamento (*agenda-setting*), reforçando seu caráter institucional. O valor-notícia é um dos elementos da noticiabilidade e vai determinar os requisitos para verificar se um fato deve ou não ser divulgado, ou seja, quanto mais as ações políticas preencherem esses critérios, maior a chance de serem noticiadas, revelando a interação entre os dois campos.

Já o enquadramento, se baseia na utilização e repetição de palavras e imagens, que quando reforçadas, acabam por fazer com que determinadas ideias apareçam mais, influenciando a opinião pública sobre determinados temas (ENTMAN, 1991), elemento também utilizado pelo campo político para conseguir influência no campo midiático. O agendamento utiliza esses elementos para compreender como a mídia é capaz de influenciar a opinião pública e, a longo prazo, participar da construção da realidade social.

Portanto, ao determinar tanto o que será divulgado e debatido no espaço público, por meio do agendamento, quanto como essas informações chegarão ao público, selecionando e realizando

o enquadramento, a mídia é capaz de influenciar a maneira como os leitores vão pensar e hierarquizar os valores de mundo, incluindo as representações de gênero presentes na sociedade.

Conclui-se que esses processos e normas próprios do campo jornalístico afetam a configuração do campo político. Ressalta-se, ainda, que os atores e grupos do campo político disputam, no campo jornalístico, visibilidade e destaque, condições que irão refletir no campo político legitimidade para seus discursos e posições de poder.

A mídia legislativa possui características semelhantes à mídia tradicional, mas também várias diferenças. Por não ser uma empresa privada, a mídia legislativa não segue a lógica empresarial típica dessas organizações que, ao tratarem a notícia como mercadoria, acabam não sendo claras a respeito de seus interesses e objetivos. Ao contrário, a mídia legislativa foi criada com o objetivo de contrapor a mídia comercial no que diz respeito ao interesse público, priorizando o comprometimento “com a democracia e a participação efetiva do cidadão nesse processo” (MATOS, 2015, p. 22).

Considerada uma nova forma de mediação do Parlamento com a sociedade, os veículos legislativos objetivam apresentar enquadramentos diversos sobre o mesmo tema, possibilitando múltiplas visões e discussões públicas, enquanto a mídia comercial costuma enfatizar uma polarização de posicionamentos (BARROS et al, 2008). Os valores-notícia também possuem critérios diferentes. A mídia legislativa, ainda que se pautem pelo “inusitado, pitoresco ou denunciamento”, segue também critérios institucionais, valorizando o Poder Legislativo e suas funções, principalmente na relação com a sociedade.

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar como a representação de gênero acontece na mídia legislativa, especificamente na Agência Câmara, analisando as notícias consolidadas nos períodos de 2001, 2002, 2005, 2006, 2013 e 2014. O primeiro objetivo específico foi identificar a diferença na quantidade de matérias relacionadas à atuação de deputados e deputadas e os espaços dados a esses atores na cobertura jornalística. Através da análise de dados, vimos que a cobertura da Agência Câmara divulga as atividades de deputados e deputadas de maneira proporcional às suas presenças na Casa, sendo que em alguns períodos a representação feminina foi divulgada proporcionalmente acima da sua presença.

O segundo objetivo foi identificar o conteúdo das matérias em relação aos temas, observando quais são os temas que mais aparecem quando divulgada a atuação parlamentar feminina. Na distribuição dos dados em relação às categorias temáticas verificamos que os assuntos

mais noticiados são aqueles considerados *Hard Politics*, considerados mais relevantes para o campo político. Esse resultado seguiu a tendência da mídia privada (MIGUEL; BIROLI, 2011).

Os homens aparecem mais nas notícias de *Hard Politics* e as mulheres nas notícias de *Soft Politics*. Ou seja, apesar da divulgação proporcional que recebem na Agência Câmara, as mulheres são prejudicadas pela sua grande quantidade de notícias nas áreas menos valorizadas, pois são áreas de menos visibilidade no campo político e midiático. Esse dado se agrava em relação às deputadas federais, que estão presentes nas notícias *Softs* com um valor estatisticamente significativo para sua proporção. Menos visibilidade significa menos capital político e, conseqüentemente, menos chances de alcançar os espaços centrais do campo político, onde ocorrem as tomadas de decisão.

Ainda em relação à temática, quando analisadas as notícias que tratam das questões de gênero, percebemos que elas não se restringem apenas às categorias de *Soft Politics*, que são rotuladas como femininas. A atuação parlamentar em defesa da igualdade de gênero e pela manutenção e ampliação dos direitos das mulheres estão distribuídas nas 3 categorias e em temas políticos diversos, demonstrando a interseccionalidade e importância que o assunto traz.

O último objetivo específico foi identificar os cargos e as vozes dadas aos parlamentares, comparando a diferença nos espaços dados às falas e às aspas das personagens. A quantidade de deputadas e deputados com cargos seguiu a proporcionalidade de sua presença nas notícias da Agência Câmara. Porém, podemos destacar que as mulheres tiveram um número expressivo nos cargos de autoras, inclusive com significância estatística. Como a autoria é de livre iniciativa de qualquer parlamentar, esse dado nos leva a inferir que as mulheres não se abstêm de uma maior participação nos espaços políticos, mas sim, que sua atuação é controlada por aqueles que estão no centro do campo.

A quantidade de menções, citações e aspas também se aproximaram da proporcionalidade existente entre homens e mulheres na Câmara. Já a quantidade de caracteres mostrou uma leve desvantagem para as deputadas em relação aos deputados. Ou seja, as mulheres possuem espaço de divulgação e fala tanto quanto os homens, mas as deputadas podem falar um pouco menos por vez do que os deputados. Além disso, suas menções, citações e aspas são, predominantemente, em temas ligados a *Soft Politics*, assuntos reconhecidamente “femininos” e com menos chance de acesso ao centro do campo e, portanto, aos espaços principais de tomada de decisão.

Outro aspecto, secundário, porém relevante, pode ser destacado a partir dos dados levantados: a divulgação diferenciada da atuação parlamentar em relação aos debates e votações

que ocorrem nas Comissões. Levando em consideração que todos os membros da Casa possuem o direito de compor como membro titular ao menos uma Comissão Permanente, e que a atuação das mulheres é maior no âmbito das Comissões, a prioridade dada pela Agência Câmara nessas coberturas pode valorizar a divulgação das ações das mulheres.

Existem, portanto, vantagens na mídia legislativa em relação à mídia privada quando considerada a representação de gênero: a divulgação da atuação das deputadas por vezes proporcionalmente acima da sua presença na Casa, a grande divulgação dos(as) parlamentares autores de proposições e o destaque que a Agência Câmara dá às Comissões. Assim, se ampliado o papel de mediação da mídia legislativa entre o Parlamento e a sociedade, é possível aprofundar a capacidade de uma cobertura mais igualitária de gênero. Por outro lado, verificamos a forte presença de estruturas sociais historicamente permeadas pela dominação masculina, tanto no campo político como no midiático. Essas estruturas limitam a atuação parlamentar das mulheres como deputadas federais e refletem também na cobertura da mídia legislativa, reforçando, ao divulgar essa realidade, a manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. O Parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In: BRAGA, Ricardo; SATHLER, André (Org.). *Legislativo Pós-1988: Reflexões e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BARROS, A. T. ; BERNARDES, C. B.; LEMOS, C. R. F. As mídias legislativas e a redefinição da noticiabilidade política no Brasil. *Em Questão* (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 11-23, 2008.

BERNARDES, Cristiane Brum. Política, institucional ou pública? Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Curso de Doutorado em Ciência Política e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, 2010.

BERNARDES, Cristiane Brum . Parlamentares X jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 28, p. 663-689, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, 2011.

CÂMARA DO DEPUTADOS. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <www2.camara.leg.br/agencia/conhecaAG.html>. Acesso em: 31 out. 2016.

COOK. Timothy E. O jornalismo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº6. Brasília: 2011.

ENTMAN. Robert M. Framing US Aoverage on International News: Contrasts in Narratives of the KAL an Iran Air Incidents. In: *Journal of Communication*; Autumn 1991.

FEITOSA, Fernanda. *Penetras no Clube do Bolinha: a carreira política de mulheres na Câmara dos Deputados*. 2007. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Ipol/UnB, Brasília, 2007.

FERES, João; POGREBINSCHI, Thamy. Teoria política contemporânea: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERES, J; MIGUEL, L; BARBARELA, L. A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho. In: Encontro Anual da Anpocs, 38., out. 2014, Caxambu: Anpocs, 2014.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 129-163, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GOMES, A. L. H. T. Cidadãos crentes, críticos e ocultos: Assimetrias da confiança no congresso nacional. In: Encontro da ABCP, 7., Recife. *Anais...*, Recife: Associação Brasileira de Ciência Política, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <PNAD 2014. <http://loja.ibge.gov.br/pnad-2014-sintese-dos-indicadores.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in Parliament in 2015*. Geneva, Switzerland, 2016. Disponível em: <<http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-e.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

JORGE, V. L. Poder Legislativo e meios de comunicação de massa. In: Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2008.

LIJPHART, Arend. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.

LOUREIRO. M. R. Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 1. p. 63-93, jan-jun 2009.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, out. 1995.

MANIN, B. A democracia de público reconsiderada. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, 2013.

MATOS, Heloiza. Alternativas ao papel mediador do jornalismo e o poder legislativo. In: *Jornalismo e Poder Legislativo: relações entre mídia e política no Brasil*. Zélia Leal Adghirni (org.). 1ed. Curitiba: Appris, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política de desvelo: representação e 'singularidade feminina'. *Revista Estudos Feministas*, n. 9, p. 253-267, 2001.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 51, p. 123-140, 2003.

_____. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 19, 2008.

_____. *Democracia e Representação: Territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Gênero e Representação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*, 1. ed, São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr 2016.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

PATEMAN, Carole. Feminist critiques of the public/private dichotomy. In: *The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989. cap. 6.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERLIN, G.D.B. Gênero, multissexualidade e tendências sexuais contemporâneas: desafios para uma atuação ética. *Revista da Faculdade Regional da Bahia*, Salvador, v. 1, p. 78-92, 2006.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p. 268-290, 2001.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, Instituições e Idéias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, 2006.

RANGEL, Patrícia. Reforma eleitoral: o que as mulheres ganham? *Plataforma pela Reforma do Sistema Político*. 15 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/historico/2010/14-reforma-eleitoral-o-que-as-mulheres-ganham.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

RENNÓ, L; SMITH, M.; LAYTON, M. L.; PEREIRA, F. B. *Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios, 2001. cap. 2.

RODRIGUES, M. R. *O papel da imprensa na qualidade democrática: Uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais*. 2011. Tese de Doutorado– Iesp-Uerj, Rio de Janeiro, 2011.

ROEDEL, Patrícia. *Webjornalismo na Agência Câmara. Manual interno para repórteres da Câmara*. 2003.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n. 2, 1995.

SECOM, Secretaria de Comunicação Social. *Manual de Redação da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados*. 1ª versão. Organização e edição Ademir Malavazi. Publicado pela Câmara dos Deputados para divulgação interna, 2003, 289 p.

SHAW, E. Agenda-Setting and Mass Communication Theory”. *Gazette (International Journal for Mass Communication Studies*, vol XXV n.2, 1979.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p.191-228, 2006.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2016.

APÊNDICES

Ficha para análise das notícias

Notícias – Agência Câmara	
Identificação única:	<input type="text"/>
Data:	<input type="text"/>
Dia da semana:	
	<input type="radio"/> Terça-feira <input type="radio"/> Quarta-feira
Título:	<input type="text"/>
Número de caracteres:	<input type="text"/>
Tema:	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países <input type="radio"/> Defesa (segurança nacional) <input type="radio"/> Reforma política e legislação eleitoral <input type="radio"/> Administração pública e reforma do Estado <input type="radio"/> Política brasileira <input type="radio"/> Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica <input type="radio"/> Política econômica e tributária <input type="radio"/> Política industrial <input type="radio"/> Política agrícola <input type="radio"/> Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) <input type="radio"/> Reforma agrária (e outras questões fundiárias) <input type="radio"/> Questões internas do Congresso <input type="radio"/> Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.) <input type="radio"/> Economia em geral <input type="radio"/> Saúde pública e saneamento <input type="radio"/> Habitação <input type="radio"/> Direitos humanos <input type="radio"/> Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)

- Meio ambiente
- Educação
- Cultura e esporte
- Direitos do consumidor
- Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência
- Emprego, trabalho e formação profissional
- Ciência e tecnologia
- Funcionalismo público
- Comunicação social
- Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados
- Previdência social
- Questões Irrelevantes e Outros
- Questões religiosas
- Homenagens e comemorações em geral
- Outros

Âmbito da notícia:

- 1. Plenário
- 2. Comissões Permanentes
- 3. Comissões Temporárias
- 4. Comissões Mistas
- 5. Mesa Diretora
- 6. Frentes Parlamentares
- 7. Seminários e Eventos
- 8. Câmara (Institucional)
- 9. Congresso Nacional
- 10. Outros

Conteúdo de Gênero:

○ Sim

○ Não

○ Nã

Quadro 2 - Ficha para análise das personagens

Personagens das Notícias

Identificação única da notícia:

Nome:	<input type="text"/>
Sexo:	
<input type="radio"/> Feminino	
<input type="radio"/> Masculino	
É parlamentar?	
<input type="radio"/> Sim	
<input type="radio"/> Não	
Se sim, Partido:UF:	
Identificado a algum cargo ou grupo específico?	<input type="text"/>
Citação:	
<input type="radio"/> Mencionado na matéria	
<input type="radio"/> Mencionado por outra personagem	
<input type="radio"/> Aspas com posição	
<input type="radio"/> Aspas com argumento	
<input type="radio"/> Aspas técnico/descritivo	
<input type="radio"/> Aspas irrelevante	
Se contém aspas, número de caracteres:	<input type="text"/>